

Lula defende fim da jornada 6x1, para o bem-estar do povo



Marielle: STF condena irmãos Brazão a 76 anos de cadeia por assassinato

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu na quarta-feira (25) condenar, de forma unânime, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e João Francisco, conhecido como Chiquinho Brazão, ex-deputado federal, pela acusação de planejar o homicídio da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, além da tentativa de homicídio contra a assessora Fernanda Chaves. Os dois foram sentenciados a 76 anos e 3 meses de cadeia. **Pág. 4**

HORA DO POVO

ANO XXXVI - Nº 4.037 25 de Fevereiro a 3 de Março de 2026

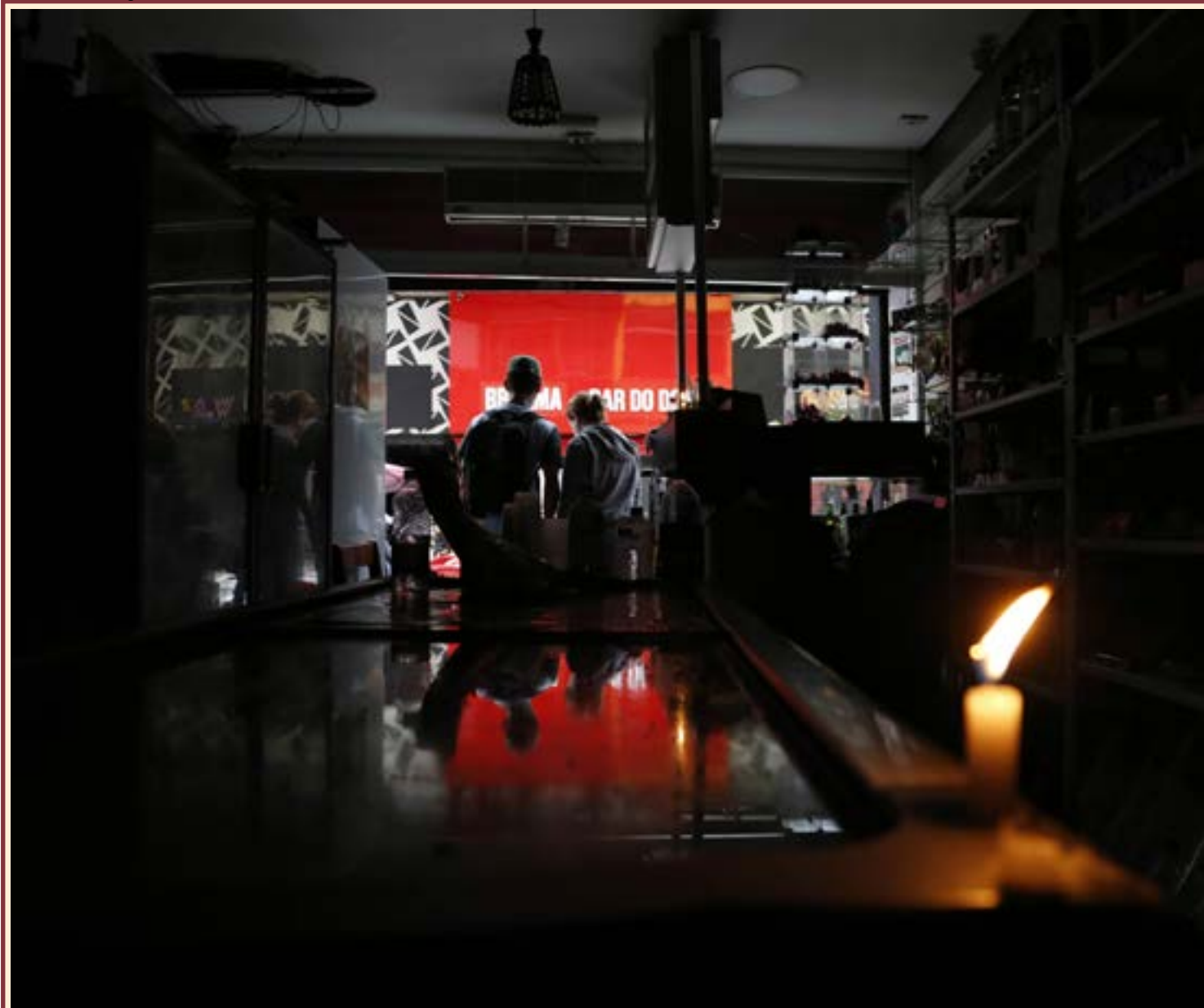
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Para o presidente, é hora do trabalhador ter dois dias de descanso

O presidente Lula, em discurso no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Coreia do Sul, em Seul, depois de avaliar que o mundo vive numa “sociedade do cansaço”, defendeu o fim da escala 6X1, com a redução da jornada de trabalho. “O filósofo coreano Byung Chul Han diz que vivemos em uma ‘sociedade do cansaço’, em que a pressão pelo desempenho afeta o equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional. Estamos discutindo, no Brasil, o fim da chamada jornada 6x1, para assegurar que o trabalhador tenha dois dias de descanso semanal”, afirmou. **Pág. 3**

Juro alto freia economia e BC reduz prévia do PIB para 2025

Paulo Pinto - Agência Brasil



Serviço público privatizado fez SP voltar à idade da vela: energia cara, serviço péssimo, apagões frequentes

Enel admite fracasso e diz que só Jesus Cristo resolve apagão em SP

Príncipe britânico acaba preso por envolvimento em crimes de Epstein

O aristocrata britânico, Andrew Mountbatten-Windsor, irmão do Rei Charles III e ex-príncipe – no ano passado foi deserdado pelo próprio irmão por conexões com o bilionário pedófilo, Jeffrey Epstein – foi preso na quinta-feira, por suspeitas de má conduta no exercício do cargo. Ele está sendo investigado pela suspeita de ter divulgado a Epstein documentos confidenciais do governo do Reino Unido. **Pág. 7**

Alvo de duras críticas pelos péssimos serviços prestados à população brasileira, a multinacional italiana Enel anunciou na segunda-feira (23) que vai aumentar os investimentos na Europa e

nos EUA nos próximos três anos, que podem chegar a 53 bilhões de euros. Já os problemas dos apagões na cidade de São Paulo, o CEO global do grupo Enel, Flavio Cattaneo, propõe que “Jesus

Cristo” resolva. No evento para investidores, em Milão, Cattaneo disse que, “é impossível evitar o apagão” na cidade, porque “a infraestrutura em São Paulo é totalmente aérea e passa

por dentro das árvores”. “Se permanecer esse jeito, só tem um capaz de gerenciar, mas este não é humano, é Jesus Cristo, porque não é possível de outro jeito evitar o apagão”, disse Cattaneo. **Pág. 4**

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) recuou -0,2% em dezembro de 2025 em relação a novembro do mesmo ano (0,6%), puxado pela queda de -0,3% em serviços, conforme divulgado pelo Banco Central (BC), na quinta-feira (19). Já a indústria cresceu 0,3%, e a agropecuária 2,3%. Com esses resultados, o indicador considerado uma prévia do PIB encerrou o ano de 2025 em alta de 2,5%, uma desaceleração em relação a 2024, quando o PIB cresceu 3,4%. **Pág. 2**

“Brasil não será mero consumidor de tecnologia estrangeira”, diz Luciana Santos

O Brasil quer fazer parcerias com outros países em desenvolvimento e tornar a Inteligência Artificial, assim como a produção de semicondutores, parte de um projeto nacional de desenvolvimento “baseado na inclusão” e na soberania, afirmou a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos. “Os países em desenvolvimento não podem permanecer meros consumidores de tecnologia”, afirmou Luciana. **Página 3**

Bolsonaro passa a perna no MDB e indica Michelle ao Senado no DF

“No Distrito Federal já está definido também e ele [Bolsonaro] pediu que eu servisse de porta-voz: Michelle Bolsonaro e Bia Kicis são os nomes que serão apoiados pelo bolsonarismo”, disse o deputado Sanderson (PL-RS), no domingo (22), depois de visitar Jair na Papudinha. **Pág. 3**

Privatização de rios

“Governo recua: grande vitória do movimento liderado pelos povos indígenas”
PAULO KLIASS*

A amplitude da influência do paradigma neoliberal em nosso País é de tal ordem que muitas vezes perdemos a referência daquilo que seja justo do ponto de vista político, correto em termos de políticas públicas ou até mesmo constitucional. Um dos pilares de referência dos liberais neste terceiro milênio reside na crítica severa, pesada e incansável de tudo aquilo que faça alguma alusão ao setor público ou à presença estatal nas atividades econômicas. O Estado passa ser sinônimo de ineficiência, fonte de corrupção ou concorrência desleal com o mito da chamada “livre iniciativa”.

As consequências práticas desse tipo de abordagem remetem a dois tipos de recomendação de medidas a serem adotadas por parte dos dirigentes políticos. A primeira delas implica a redução da dimensão do setor público e de seus entes. Isso significa a implementação dos diferentes tipos de processo de privatização, tendo por meta a diminuição do Estado e a transferência das atribuições do mesmo para o capital privado. O segundo conjunto de medidas envolve as práticas de austeridade fiscal, reduzindo as capacidades estatais no que se refere a dotações orçamentárias e outros tipos de acesso aos fundos públicos de forma ampla e geral.

Existem inúmeros casos em que se concretizam as múltiplas modalidades de processos de privatização. Os eventos mais simbólicos são seguramente aqueles que envolvem a transferência da totalidade do controle do patrimônio de uma empresa estatal ao capital privado. As cenas de leilão em ambiente de Bolsa de Valores e a típica batida de martelo pretendem demonstrar o fim da presença do Estado em uma atividade estratégica. Assim foi com a entrega da Vale do Rio Doce e com as grandes indústrias siderúrgicas estatais brasileiras ao longo da década de 1990.

PRIVATIZAÇÃO: DA VALE ÀS SIDERÚRGICAS; DOS PRESIDIOS AOS RIOS

No entanto, as elites brasileiras e os interesses do capital internacional sempre avançaram em direção a outros ramos e setores de nossa economia. Assim foi com a privatização do setor de geração e distribuição de energia elétrica, com a telefonia e as telecomunicações, com a petroquímica e os fertilizantes, com os sistemas bancário e financeiro pertencentes aos entes da federação. Mais contemporaneamente a lista foi ampliada com as empresas estatais de saneamento, as empresas estatais de transporte público e todos os tipos de concessões na área de infraestrutura.

Correndo por fora dos holofotes, percebe-se também um impressionante avanço do uso dos modelos de parceria público privada (PPP) e de concessão nas áreas de educação, saúde e assistência social. Um salto carregado de forte simbolismo foi a entrega até mesmo de presídios ao setor privado, como se o capital fosse esticando a corda para ampliar os limites de sua abrangência para ramos até então política e culturalmente considerados como inaceitáveis.

Pois agora o grande tema da agenda governamental e que está sendo tratado pela grande imprensa é a “privatização de hidrovias”. Na verdade, trata-se de um subterfúgio linguístico para tentar esconder a essência do fenômeno: transferência ao capital privado da propriedade e da capacidade de ingerência sobre os rios. Sim, esse é um eufemismo que procura mascarar ou suavizar a venda dos rios. Simples e trágico assim. Ferrovias e rodovias, por exemplo, são estruturas destinadas ao transporte e só existem em função de ação efetiva do ser humano sobre o meio natural. Elas exigem investimento pesado para sua criação e funcionamento. Caminhões, ônibus, carros e trens só podem circular por essas vias depois de muita intervenção e obras de engenharia. Já as “hidrovias” são os cursos d’água naturais e existentes – são os nossos rios.

Continua: <https://horadopovo.com.br/privatizacao-de-rios-por-paulo-kliass/>

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

E-mail: inc24agosto@gmail.com

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Geraldo Alckmin comemora queda do tarifaço de Trump:

Suprema Corte dos EUA abre uma avenida para o comércio do Brasil



Geraldo Alckmin: “Brasil estava com uma tarifa de 40% que ninguém tinha”

Juro alto freia economia: “prévia” do BC aponta PIB de 2,5% em 2025

IBC-Br recuou -0,2% em dezembro, puxado pela queda de -0,3% em serviços

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) recuou -0,2% em dezembro de 2025 em relação a novembro do mesmo ano (0,6%), puxado pela queda de -0,3% em serviços, conforme divulgado pelo Banco Central (BC), nesta quinta-feira (19). Já a indústria cresceu 0,3,% e a agropecuária 2,3%.

Com esses resultados, o indicador considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro encerrou o ano de 2025 em alta de 2,5%, uma desaceleração em relação ao ano de 2024, quando o PIB cresceu 3,4%.

No ano passado, a evolução do PIB voltou a ser puxada pela agropecuária, que teve alta de 13,1% frente a 2024. Já a indústria e serviços mostram crescimentos de 1,5% e 2,1%, na ordem, resultados que ficaram abaixo do seus potenciais, devido aos juros altos do Banco Central encarecendo o custo do crédito e freando a demanda de bens e serviços do país.

O Produto Interno Bruto

de 2025, calculado e divulgado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será divulgado no dia 3 de março deste ano.

De acordo com o IBGE, o último mês de 2025 foi marcado por quedas na produção da indústria (-1,2% – o pior desempenho para o mês desde 2019), no volume de serviços (-0,4%) prestados no país e nas vendas do comércio varejista tanto na modalidade restrita (-0,4%) como no ampliado (-1,2%), essa última considera as vendas de veículos, motos, peças e material de construção.

Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) também mostra que o faturamento real da indústria de transformação caiu 1,2% em dezembro de 2025. Além disso, o indicador de Confiança do Empresário Industrial caiu 0,3 ponto em fevereiro, passando de 48,5 pontos para 48,2 pontos, após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC manter a taxa básica de ju-

ros, a Selic, em 15%.

A especialista em Políticas e Indústria da CNI, Larissa Nocko, ressalta que “o patamar elevado das taxas de juros afeta a atividade industrial de algumas formas. Uma delas é por meio do encarecimento do crédito, tanto para empresários quanto para os consumidores. Isso desacelera a atividade econômica. Outra é por meio da formação de expectativas. Diante de uma política monetária mais apertada, os empresários tendem a projetar o enfraquecimento da economia lá na frente, impactando a projeção de demanda deles”.

Com o baixo desempenho dos principais setores da economia em dezembro, a expectativa é de que o resultado do PIB brasileiro no quarto trimestre de 2025 varie próximo de zero frente à taxa de crescimento do terceiro trimestre do mesmo ano (0,1%). No primeiro trimestre, o PIB cresceu 1,5%, puxado pela agropecuária; e no segundo, a alta foi de 0,3%.

É difícil atender a quem “não quer mais óleo”, diz diretora da Petrobrás sobre Ibama

Para Sylvia dos Anjos, maior obstáculo na Margem Equatorial é o licenciamento ambiental

A diretora de Exploração e Produção da Petrobrás, Sylvia dos Anjos, aponta, em entrevista ao jornal O Globo (20/2), as dificuldades de licenciamento ambiental para exploração de petróleo na Margem Equatorial, “no poço mais famoso do mundo”. “Nosso questionamento é que não podemos definir uma licença ou não para a questão de ‘eu não quero mais óleo’. A exigência do Ibama visa garantir a segurança, e as provas são amplas. Então essa preocupação com a Margem é algo que não é pela técnica”, afirma dos Anjos.

“Nosso maior desafio no Brasil continua sendo o licenciamento porque a gente tem muita área aqui para trabalhar. O país tem que decidir. O acordo de Paris é muito claro. Ele diz que você precisa reduzir as emissões. Não diz que você tem que parar de explorar o petróleo. Já reduzimos mais de 40% das emissões”, afirmou.

De acordo com Sylvia, a Petrobrás já investiu R\$ 1,4 bilhão no bloco na Margem Equatorial no Amapá e ficou por meses com sondas paradas aguardando o licenciamento do Ibama.

“Quem gastaria R\$ 1,4 bilhão para ter uma licença?”, pondera a diretora. Só a sonda de perfuração (NS-42 ou ODN II) para a Margem Equatorial permaneceu parada desde meados de agosto de 2025.

“Se tiver óleo, nosso modelo está certo. Se não, a gente tem que ajustar o modelo.

Temos mapeados cinco plays (áreas) possíveis. Se não tivesse tido tanta dificuldade na licença, essa sonda ficaria cativa ali. Mas a gente perdeu o prazo, então não vai conseguir continuar com a sonda. Qualquer outra sonda, tenho que ter licença. Então é mais um gargalo”, ressaltou a diretora da Petrobrás.

“Desde o início, quando compramos o bloco. A gente já mandou duas sondas que ficaram paradas lá meses, uma sonda custa US\$ 500 mil por dia. Decidimos atender de modo que a gente possa ter a licença. Fizemos muito investimento. O DNA de Petrobrás é avaliar o potencial brasileiro. Nenhuma empresa fez isso”, disse.

A posição sobre o licenciamento na Margem Equatorial, conforme a diretora da estatal, encontra-se na seguinte situação:

“O pedido de licença foi de um, mais três poços. Só veio um, e a gente está agora querendo os outros três poços contingentes”, disse. “A rigor, a licença deveria vir junto, mas é um ajuste pequeno na rede para sair a licença dos três poços”.

Dos Anjos afirma que “há uma tentativa de eliminar a produção de petróleo. Mas isso é ledão engano, porque se para de produzir, vai importar. Minha preocupação é que ninguém faz exploração com um poço, tem que ter vários poços”.

Também na Bacia de Pelotas, uma nova fronteira de



Sylvia dos Anjos, diretora de Exploração e Produção da Petrobrás. (Foto: Fernando Frázó/ Agência Brasil)

petróleo, ocorrem as mesmas dificuldades.

“Já foram feitas sísmicas em duas áreas. A licença está sendo difícil. Está demorando bastante. A exploração não começa esse ano. Ficamos em uma negociação infundável para coisas que não precisaria”, declara a diretora.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/e-dificil-atender-a-quem-nao-quer-mais-oleo-diz-diretora-da-petrobras-sobre-ibama/>

“Acho que abriu uma avenida ainda maior para a gente poder ter aí um comércio exterior mais pujante, o que significa emprego e renda”

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, comemorou na última sexta-feira (20) a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de derrubar o tarifaço imposto por Donald Trump aos parceiros comerciais dos EUA, caso do Brasil.

“Acho que abriu uma avenida ainda maior para a gente poder ter aí um comércio exterior mais pujante, o que significa emprego e renda. O comércio exterior é fundamental para o crescimento da economia”, defendeu.

“A decisão da Suprema Corte [dos EUA] foi muito importante para o Brasil, porque os Estados Unidos é o terceiro maior comprador do nosso País e é o primeiro maior comprador de manufaturados, de produtos de valor agregado mais alto. E, com isso, a gente pode aumentar bastante agora a parceria comercial com os Estados Unidos”, disse o vice-presidente da República, que também é ministro da Indústria e Comércio em declaração a jornalistas.

Na sexta-feira (20), por 6 votos a 3, a maioria dos ministros da Suprema Corte dos Estados Unidos concluiu que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) não autoriza o presidente dos EUA criar tarifas por conta própria.

Para esse tipo de medida, é preciso autorização explícita do Congresso, de acordo com a corte. Já Trump, argumenta que essa lei de 1977 lhe daria

poderes de adotar tarifas em situações excepcionais.

Na prática, a decisão da Suprema Corte derruba as chamadas “tarifas recíprocas” de 10% ou mais, aplicadas no ano passado contra grande parte dos parceiros comerciais dos EUA, com base na IEEPA.

Trump classificou como “vergonha” a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos e, em coletiva de imprensa no início da tarde, prometeu assinar um decreto impondo 10% de tarifa global, que deve entrar em vigor em três dias e permanecer por um período de cinco meses. Neste sábado (21), Trump anunciou tarifas de 15% sobre importações e não 10%.

Para o vice-presidente da República do Brasil, a nova tarifa valerá para todos os países, o que não deve tirar a competitividade do Brasil com seus concorrentes.

“Os 10% global é para todos. Nós não perdemos competitividade, se é 10% geral. O que estava acontecendo é que o Brasil estava com uma tarifa de 40% que ninguém mais tinha”, afirmou Alckmin.

Geraldo Alckmin explica que “o tarifaço (10% mais 40%), que estava onerando 37% da exportação brasileira para os Estados Unidos, foi reduzido para 35%, 33%, caiu para 22%, mas nós ainda tínhamos 22% da exportação moderada com o tarifaço, então isso abre uma oportunidade ótima para maior complementaridade econômica, ganha-ganha, investimentos recíprocos”.

Alckmin garante o apoio do governo à retomada das atividades da Avibrás

Linhas de crédito e compras do Estado são decisivas para reativar a produtora brasileira de lançadores de mísseis

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou no domingo (22), em Aparecida (SP), onde participou da abertura da Campanha da Fraternidade, que o governo está empenhado em buscar uma solução para a crise da Avibrás, empresa do setor de defesa considerada estratégica para o país.

“O governo brasileiro está empenhado em a gente achar uma solução para a Avibras. E uma empresa privada, entrou em recuperação judicial. Infelizmente há três anos sem pagar salário”, disse Alckmin, reforçando o que o presidente Lula expressou recentemente sobre a necessidade do Brasil fortalecer seu setor de defesa. A fala do presidente sobre este tema se deu após a invasão da Venezuela pelas tropas norte-americanas. O presidente Lula defendeu um reestudo sobre a situação da defesa brasileira.

Segundo o vice-presidente, o governo atua para viabilizar um investidor que permita a retomada das atividades da empresa. Ele disse que o governo “está empenhado para que a gente tenha um investidor e que ela possa retomar as suas atividades”. “Agora o governo apoiará”.

Além de apoiar com linhas de crédito à grande produtora brasileira de lançadores de mísseis, especialistas consideram também as compras do Estado como fundamentais

para o sucesso da retomada da empresa. Eles lembram que a indústria militar norte-americana vive quase que exclusivamente das encomendas do Pentágono. O reforço da capacidade de defesa soberana do Brasil passa necessariamente pelo apoio à Avibras. Ela inclusive já demonstrou, durante seus tempos áureos, ser capaz de conquistar uma boa faixa do mercado externo.

Em janeiro, os trabalhadores da Avibrás aprovaram, em assembleia, o início das negociações com a nova diretoria para a retomada das atividades da empresa. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, uma das propostas prevê a demissão de todos os funcionários, com pagamento das verbas rescisórias de forma parcelada, e a recontração de 210 trabalhadores a partir de março e 240 a partir de junho.

A nova direção da Avibras disse que “o processo de reestruturação permanece em andamento, com a empresa e seus credores atuando de forma diligente e coordenada para atender as condições precedentes necessárias à retomada das operações”.

A empresa disse também que aguarda o apoio do governo para viabilizar os próximos passos e assegurar o retorno das atividades. “As autoridades seguem informadas e acompanhando de perto os desdobramentos e os esforços empreendidos para a retomada das operações”, destacou.

José Cruz/Agência Brasil



Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil não pode ser mero consumidor de tecnologia estrangeira, afirma Luciana

O Brasil quer fazer parcerias com outros países em desenvolvimento e tornar a Inteligência Artificial, assim como a produção de semicondutores, parte de um projeto nacional de desenvolvimento “baseado na inclusão” e na soberania, afirmou a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos.

“Os países em desenvolvimento não podem permanecer meros consumidores de tecnologia. Precisam construir suas próprias capacidades por meio de transferência de tecnologia, formação de talentos e infraestrutura soberana”, declarou, em entrevista ao jornal indiano CNN-News18.

De acordo com a ministra, as IAs trazem o risco de “aprofundar as desigualdades” já existentes no Brasil.

Por isso, o plano do governo Lula é “tratar a IA não apenas como impulso tecnológico, mas como um projeto nacional de desenvolvimento baseado na inclusão social e na soberania digital”, disse.

Ela citou como parte desse plano a “construção de infraestrutura de super-computação de ponta movida a energia renovável ao desenvolvimento de modelos de IA em língua portuguesa treinados com dados diversos do próprio Brasil”, tendo como objetivo “reduzir a dependência externa e evitar vieses importados”.

“Igualmente central é a capacitação e requalificação em larga escala, além do uso estratégico da IA em serviços públicos para melhorar a prestação, especialmente nos setores sociais”, acrescentou.

Luciana Santos destacou na entrevista que a regulação das Big Techs e das Inteligências Artificiais também faz parte dessa ideia, buscando “regular de forma que permita uma inovação sustentável e confiável”.

Com o crescimento e a difusão das IAs, “regras claras são essenciais para orientar o desenvolvimento, a implementação e o uso da IA de maneira segura, ética e transparente, garantindo que seus benefícios realmente sirvam à sociedade”.

“Sem isso, riscos como discriminação algorítmica ou violações de direitos fundamentais podem corroer a confiança pública e, com o tempo, minar a própria inovação”, comentou.

Luciana disse, ainda, que a soberania e a autonomia tecnológica são centrais no projeto nacional de desenvolvimento. Para ela, “a soberania não se constrói pelo isolamento, mas por maior autonomia tecnológica obtida por meio de abertura, cooperação e fortalecimento de capacidades internas”.

“Nesse contexto, a Índia surge como parceira estratégica para o Brasil, ampliando oportunidades de intercâmbio tecnológico, inovação conjunta e soluções alinhadas às prioridades nacionais, especialmente em semicondutores, inteligência artificial, computação de alto desempenho, Internet das Coisas, blockchain e comunicações avançadas como 5G e 6G”, acrescentou.

“O Brasil também adota uma estratégia para fortalecer seu ecossistema de semicondutores, com foco no desenvolvimento científico, na formação de profissionais e na integração mais profunda às cadeias globais de valor, por meio de programas robustos de qualificação e incentivos à expansão da cadeia produtiva”, disse.

“Ao mesmo tempo, no âmbito do Plano Brasileiro de IA, o país está construindo uma infraestrutura nacional de dados para o setor público, incluindo sistemas de nuvem soberana desenvolvidos por meio de parcerias entre empresas públicas de dados e múltiplos provedores de nuvem. Esses arranjos buscam garantir soberania digital, transparência, controle, confiança e segurança cibernética”, continuou.

A ministra afirmou que “o Brasil vê claramente a Índia como parceira estratégica”.

“Como grandes democracias do Sul Global que enfrentam desafios estruturais semelhantes, ambos países compartilham a responsabilidade de orientar o progresso científico e tecnológico para o bem público”.

“Em vez de apenas se adaptar a regras definidas em outros países, Brasil e Índia estão bem posicionados para construir sua própria agenda, fundamentada na democracia, no desenvolvimento sustentável e na inclusão social”, explicou.

Ela citou como parcerias entre instituições brasileiras e indianas e o “projeto-piloto sobre colaboração transfronteiriça segura e com preservação de privacidade para IA médica”.

“O Sul Global não precisa ser reativo. Uma cooperação estratégica mais profunda fortalece nossa capacidade de propor, negociar e construir uma governança internacional de IA mais equilibrada e inclusiva”, concluiu.

Lula: fim da escala 6x1 para o “bem-estar das pessoas”

Ricardo Stuckert/PR



Presidente discursa no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Coreia Bolsonaro passa a perna no MDB: indica Michelle e Bia Kicis para o Senado no DF

Jair Bolsonaro indicou sua esposa, Michelle Bolsonaro, candidata ao Senado pelo Distrito Federal em uma “chapa pura” com a deputada Bia Kicis (PL), deixando de lado o governador Ibaneis Rocha (MDB), informou um aliado.

“No Distrito Federal já está definido também e ele [Bolsonaro] pediu que eu servisse de porta-voz: Michelle Bolsonaro e Bia Kicis são os nomes que serão apoiados pelo bolsonarismo”, disse o deputado Sanderson (PL-RS), no domingo (22), depois de visitar Jair Bolsonaro na Papudinha.

A decisão de colocar a esposa como candidata ao Senado gera tensão com o atual governador do DF, Ibaneis Rocha, que já disse publicamente que

quer ser candidato ao Senado.

Ibaneis pode ser escanteado mesmo depois de ter apoiado Jair nas eleições de 2022 e até defendido a anistia para o golpista.

A decisão de Jair Bolsonaro deve mexer, inclusive, na formação da chapa para disputar o governo do Distrito Federal nas eleições de outubro. Uma possível candidata é Celina Leão (PP-DF), que hoje é vice-governadora.

Mas o MDB já sinalizou que pode lançar o deputado federal Rafael Prudente como candidato ao Palácio do Buriti. Assim, sem apoiar a Celina nem a composição com Michelle e Bia Kicis, Ibaneis pode ser candidato.

O deputado Sanderson ainda comentou

sobre a chapa em Santa Catarina. Segundo ele, a “orientação de Jair Bolsonaro” sobre o Estado “chama Carlos Bolsonaro e Carol de Toni. Isso é ponto pacífico, não tem por que ficarmos nos desgastando”. Os dois são do PL.

No caso de Santa Catarina, a família Bolsonaro enviou Carlos, que foi vereador do Rio de Janeiro por mais de duas décadas, para ser candidato ao Senado e tirar espaço de aliados.

Com Carlos Bolsonaro e Carol de Toni, quem ficará de fora da chapa é o senador Esperidião Amin (PP-DF). O PP tem como prioridade a reeleição de Esperidião e já discute sair da chapa do governador Jorginho Mello (PL) para que o senador seja candidato.

Alertado sobre os riscos, Ibaneis Rocha insistiu na compra do Master

O governo de Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, chegou a admitir a existência de riscos para o Banco Regional de Brasília (BRB) na compra da maior fatia do banco Master, interrompida por decisão do Banco Central (BC), que chegou a liquidar a arapuca financeira de Daniel Vorcáro.

Segundo documento obtido pela Folha de S. Paulo, a gestão de Ibaneis, após a admissão dos riscos, defendeu a realização de uma auditoria para avaliar a consistência dos ativos do Master, cuja venda só poderia ocorrer após validação do negócio.

Entretanto, o interesse, demonstrado na insistência de Ibaneis no negócio, foi maior que a avaliação dos riscos.

O documento com a posição do GDF foi assinado pelo procurador-geral Márcio Wanderley de Azevedo, apenas seis dias depois de sua nomeação ao cargo pelo governador e uma semana antes da negociação ter sido barrada pelo BC, ainda em 2025.

Azevedo, até então, era consultor jurídico do gabinete de Ibaneis, tornando-se, na sequência, procurador-geral, ou seja, o elemento chave para a defesa jurídica do governo.

Precisamente em agosto de 2025, ele encaminha ofício, em resposta ao MPF (Ministério Público Federal), em que admite a existência de riscos e em que defende a aquisição do Master pelo BRB.

Resumo da ópera: o governo Ibaneis defendeu a compra do Mas-

ter, mesmo diante dos riscos e da advertência. Mas, mesmo o alerta do procurador não se contrapõe ao negócio, chegando a apoiá-lo, e sinaliza que os problemas identificados deveriam ser resolvidos antes da conclusão da compra do Master.

Até o momento, entre os principais pontos apurados pelas investigações, já se pode concluir:

- Ciência dos Riscos e Defesa da Operação: Documentos indicam que, mesmo ciente dos riscos, a procuradoria-geral do DF apoiou a aquisição. O governador Ibaneis Rocha defendeu publicamente a operação, argumentando que a “trava” à compra do Banco Master pelo Banco Central gerava riscos ao mercado financeiro como um todo.

- Apoio Institucional e Rapidez: Houve forte empenho do GDF para viabilizar o negócio. A Câmara Legislativa do DF aprovou a compra em apenas uma semana (Projeto de Lei 1882/2025), sancionado por Ibaneis.
- O Papel de Ibaneis: Daniel Vorcáro, dono do Banco Master, confirmou ter tratado da venda do banco diretamente com o governador Ibaneis Rocha, inclusive com encontros na casa do próprio governador.

- Investigação e Prejuízos: A operação foi travada pelo Banco Central. O dono do Master foi preso em uma operação da Polícia Federal (“Compliance Zero”). Investigações apontam que o BRB teria desembolsado cerca de R\$ 2,5 bilhões, segundo outras

fontes) em ativos problemáticos do Banco Master, gerando prejuízo à estatal.

- Justificativa de Ibaneis: Ibaneis Rocha afirmou que a decisão foi técnica, tomada pelo banco (BRB), e alegou ter pouco conhecimento sobre questões bancárias e do mercado financeiro, negando interferência indevida, jogando a responsabilidade do ex-presidente da instituição, Paulo Henrique Costa, afastado do cargo por decisão judicial.

POPULAÇÃO

A transação é alvo de intensas críticas da oposição, com pedidos de investigação sobre o interesse do governo no negócio, que resultou em liquidação extrajudicial do Banco Master.

Segundo o deputado Carlos Magno, integrante do PT e da bancada oposicionista a Ibaneis na Câmara Legislativa do DF, “estão tentando empurrar para o povo a conta do maior escândalo financeiro da história do DF”.

“Ibaneis e Celina (Leão, a vice-governadora) não apenas colocaram o BRB no centro de uma operação bilionária e fraudulenta com o Banco Master. Agora querem que a população pague pelo desastre, colocando em jogo o patrimônio público do Distrito Federal”, denunciou Magno.

“Estão colocando como garantia bens que pertencem ao povo, como o Centrad, o terminal rodoviário de Taguatinga, imóvel destinado a parque tecnológico da Saúde e até área de preservação ambiental”.

POLÍTICA/ECONOMIA □ 3

Na Coreia do Sul, presidente falou da “sociedade do cansaço” e fez aposta na ampliação do comércio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Coreia do Sul, em Seul, depois de avaliar que o mundo vive numa “sociedade do cansaço”, defendeu o fim da escala 6X1, com a redução da jornada de trabalho. Segundo ele, com as novas tecnologias, é possível aumentar a produtividade das empresas e focar no bem-estar das pessoas.

“O filósofo coreano Byung Chul Han diz que vivemos em uma ‘sociedade do cansaço’, em que a pressão pelo desempenho afeta o equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional. Estamos discutindo, no Brasil, o fim da chamada jornada 6×1, para assegurar que o trabalhador tenha dois dias de descanso semanal”, afirmou Lula, para acrescentar: “A tecnologia nos permitiu atingir níveis inimagináveis de produtividade. É hora de pensar no bem-estar das pessoas”, completou.

O presidente brasileiro disse, ainda, que a Coreia é um exemplo de como apostar no Estado como indutor de setores estratégicos, citando setores econômicos onde ambos os países podem estabelecer parcerias promissoras, como o dos cosméticos e o da cultura.

“Nos anos 90, enquanto o Brasil se rendeu ao receituário neoliberal, a Coreia continuou apostando no papel indutor do Estado em setores estratégicos. Nenhum país que chegou atrasado à corrida industrial conseguiu subir a escada do desenvolvimento sem políticas públicas robustas”, defendeu Lula.

Citando empresas coreanas que investem no Brasil, Lula disse que o País tem segurança jurídica, previsibilidade, matriz energética limpa e muitas oportunidades. “Do funk brasileiro ao K-Pop, de ‘Parasita’ a ‘Agente Secreto’, das telenovelas aos K-Dramas, nossa música e nossa produção audiovisual estão conquistando os quatro cantos do mundo. Parcerias nessa área são garantia de sucesso”, acrescentou.

Lula defendeu o multilateralismo, como também o livre comércio. Sem fazer referência aos EUA e à política intervencionista de Trump nas tarifas do comércio mundial, disse ele:

“Há uma tentativa de acabar com o multilateralismo, de voltar o que nós não queremos que volte, o protecionismo para dificultar a economia dos países a crescer. Não existe justificativa. Quanto mais livre o comércio, melhor será para a Coreia e melhor será para o Brasil. E melhor será para o mundo”, afirmou.

O presidente avaliou, ainda, que a relação entre Brasil e Coreia do Sul encontra-se

muito abaixo de seu potencial e defendeu uma abertura maior das relações entre empresários brasileiros e coreanos.

“O comércio do Brasil com a Coreia do Sul é muito pequeno. O ano passado foi de apenas US\$ 11 bilhões. O que é muito pequeno diante do potencial da economia da Coreia do Sul e da economia do Brasil”, disse.

E acrescentou:

“Isso significa que, apesar de algumas empresas coreanas estarem no Brasil já há algum tempo, falta o Brasil se autopromover, se ‘autodivulgar’ para que a gente possa fazer com que o nosso comércio ultrapasse, muito, os US\$ 11 bilhões que nós chegamos agora em 2025”.

PROTEÍNA

Lula assegurou que se os coreanos quiserem consumir proteína, o Brasil atenderá à demanda.

“Quando o povo da Coreia quiser ter acesso à proteína, não se preocupe que o Brasil estará pronto para atender à demanda da Coreia. E, mais ainda, vocês correm o risco de que, se comprarem carne dos Estados Unidos, estejam comprando carne brasileira”, declarou.

Ao fazer referência ao potencial do agro brasileiro, citando números do País relacionados à proteína animal, como carne bovina e frango, assinalou o presidente:

“No Brasil, se mata 150 mil cabeças de gado por dia. Por dia! No Brasil se mata 25 milhões de frangos por dia. Mais ainda, no Brasil, as galinhas produzem 1.800 ovos por segundo. São 60 bilhões de ovos por ano”, completou, afirmando que o Brasil está pronto para avançar com os procedimentos sanitários para poder vender carne para a Coreia do Sul.

“O Brasil vem trabalhando há 15 anos para obter acesso ao mercado de carne bovina coreano. O bulgogi, tradicional churrasco coreano, combina com uma carne de qualidade como a brasileira. Estamos prontos para avançar nos procedimentos sanitários necessários para que o Brasil esteja no prato do cidadão coreano”, completou.

Lula defendeu esse avanço no terreno sanitário, pois permitirá que os maiores frigoríficos do mundo, que são brasileiros, possam se instalar na Coreia. Lembrou, ainda, dos acordos firmados na viagem, como o de cooperação comercial e o para fortalecer cadeias de suprimentos.

“A corrente de comércio entre o Brasil e a Coreia é de cerca de US\$ 11 bilhões. Estamos aquém do recorde de quase 15 bilhões registrado em 2011”, citou, para demonstrar o atual potencial de crescimento do comércio entre as duas economias

PL de Bolsonaro quer sabotar projeto para manter a escala escravizante 6x1

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, pediu “pressão dos empresários” para ajudar na luta pela manutenção da escala 6×1. Ele chamou a proposta feita pelo governo Lula de “bomba”.

Valdemar da Costa Neto disse, em um evento com empresários de São Paulo, que é “difícil” para um deputado ou senador votar contra o fim da escala 6×1, ou que “se o camarada votar contra é muito difícil para ele”.

“Se puser isso em pauta, é muito difícil não passar, eu tenho que ser honesto com você”, continuou no evento do grupo Esfera, que reúne representantes e defensores de financistas e grandes empresas.

Por isso, o plano dos bolsonaristas é “trabalhar para não deixar votar de jeito nenhum”.

Valdemar ainda pediu “a pressão dos empresários em cima de seus deputados, para a gente segurar isso para não votarmos”.

“O que nós pretendemos fazer? Trabalhar com o presidente da Câmara e segurar isso aí na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça], é onde vai ser a guerra”, contou.

Na segunda-feira (23), o

ministro da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, reafirmou que as prioridades do governo Lula para o próximo período serão acabar com a escala 6×1, passando para o máximo de 5×2, e reduzir a jornada máxima de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais.

Segundo Valdemar da Costa Neto, a proposta que dá aos trabalhadores um dia a mais de descanso por semana é “uma bomba para o país” e, caso aprovada, iria “prejudicar o país”.

O presidente do União Brasil defendeu que a proposta, “muito danosa para a economia”, seja “barrigada”, isto é, tenha sua discussão atrasada o máximo possível.

“Eu defendendo uma posição junto com o Valdemar de que a gente possa construir uma blindagem dentro das comissões, principalmente na CCJ, para poder ir ‘barrigando’ isso”, declarou.

O ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, argumentou em um evento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que “há uma tendência mundial de você ter uma redução” na jornada de trabalho.

Enel admite fracasso e diz que só Jesus Cristo resolve apagão em SP

Investimentos só na Europa e nos EUA, segundo anunciou o CEO da múlti italiana Flavio Cattaneo

Alvo de duras críticas pelos péssimos serviços prestados à população brasileira, a multinacional italiana Enel anunciou nesta segunda-feira (23) que vai aumentar os investimentos na Europa e nos Estados Unidos nos próximos três anos, que podem chegar a 53 bilhões de euros, sendo metade deste recurso destinados às redes de energia. Já os problemas dos apagões na cidade de São Paulo, o CEO global do grupo Enel, Flavio Cattaneo, propõe que “Jesus Cristo” resolva.

No evento para investidores, em Milão, Cattaneo disse que, “é impossível evitar o apagão” na cidade, porque “a infraestrutura em São Paulo é totalmente aérea e passa por dentro das árvores”.

“Se permanecer esse jeito (queda de árvores sobre a fiação), só tem um capaz de gerenciar, mas este não é humano, é Jesus Cristo, porque não é possível de outro jeito evitar o apagão”, disse Cattaneo, sinalizando que a Enel não pretende resolver os problemas de apagões, como eventual enterramento de cabos de energia.

“Nesse caso, acho que temos uma boa discussão para propor a eles [Prefeitura de São Paulo] uma solução definitiva, uma solução final, para evitar esse problema, porque, em nossa opinião, provavelmente não é a Enel que vai resolver”, comentou.

Em 10 de dezembro do ano passado, após fortes rajadas de ventos e tempestade, a Enel deixou mais de 2,2 milhões de clientes sem energia na Grande São Paulo, por mais de cinco dias em muitas áreas.

Antes disso, em 3 de novembro de 2023, a capital e a região metropolitana de São Paulo também foram atingi-

das por fortes ventos e chuvas e a empresa italiana demorou quase uma semana para restabelecer a energia elétrica para 2,1 milhões de clientes.

No início deste mês, moradores do centro de São Paulo enfrentaram mais de 24 horas sem energia elétrica. Sem informar a causa do apagão, Enel informou que a interrupção no fornecimento de energia foi registrada em um trecho da rede subterrânea. “A área é atendida por um sistema de distribuição subterrâneo, que exige procedimentos técnicos específicos para a identificação do ponto da ocorrência”, disse em nota.

A Enel lidera rankings de reclamações no Brasil, por falhas recorrentes no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento deste serviços. Além de São Paulo, a Enel administra distribuidoras de energia no Rio de Janeiro e no Ceará.

Sindicalistas e especialistas na área apontam, entre outras barbaridades em relação ao atendimento à população, demissões em massa e descaso na manutenção.

No período de 12 meses, a Aneel recebeu 165.632 queixas, deste a maioria é por falta de energia. A Enel Rio, concessionária que atua no Rio de Janeiro, aparece como a empresa mais reclamada do país. Na segunda colocação está Light, seguida pela CEEE Equatorial, Equatorial Piauí, e Enel Ceará, em quinto.

A Enel Ceará, que é responsável pela distribuição de energia no território cearense, acumulou três multas em 2025, cuja soma atingiu R\$ 69 milhões, determinadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), que constatou irregularidades no atendimento aos consumidores.

Dino suspende privatização da Celear por ameaça à proteção de dados no PR

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou neste domingo (22) a suspensão parcial da privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celear).

O magistrado avalia que a lei estadual que permite a venda da estatal não assegura de maneira efetiva a proteção de dados sensíveis, inclusive aqueles ligados à segurança pública.

“O Estado do Paraná deve elaborar, antes que evolua a desestatização da Celear, um ‘relatório de impacto à proteção de dados pessoais’ específico para a transição societária, a ser submetido à ANPD para fins de análise e sugestões de padrões e de boas práticas, em estrita consonância com os princípios da responsabilização e da prestação de contas que informam as atividades de tratamento de dados”, afirma Flávio Dino.

A decisão, de caráter liminar, atende o pedido feito pelo PT e pelo PSOL, que pediram ao STF para avaliar a constitucionalidade da Lei nº 22.188, de 13 de novembro de 2024, do Estado do Paraná, que autoriza a privatização da Celear. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI, nº 7.896), os partidos argumentam que somente a União poderia legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, funções da Celear.

A liminar na prática suspende o edital e os atos preparatórios do leilão até que o plenário do STF analise o mérito da ação. O leilão da Celear ocorreria na bolsa de valores do São Paulo (B3) em 17 de março deste ano. O governo privatista de Ratinho Jr (PSD) busca arrecadar R\$ 1,3 bilhão com a entrega de dados sensíveis da população paranaense aos

açambarcadores do patrimônio público.

O ministro Flávio Dino entende que a Lei estadual 22.188/2024, que autorizou a alienação do controle da Celear, ainda não demonstra salvaguardas suficientes para garantir plenamente a proteção de dados. Um tema que possui competência legislativa privativa da União.

Em seu despacho, Flávio Dino destaca que a Celear não é uma empresa comum, pois concentra dados sensíveis de milhões de cidadãos, inclusive informações ligadas à segurança pública. Além disso, há evidências de conflitos possíveis com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que prevê uma série de restrições ao tratamento de bancos de dados estratégicos por empresas privadas sem capital integralmente público.

Em sua decisão, o magistrado também citou as sucessivas decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que suspenderam e retomaram o processo de desestatização, criando um cenário de insegurança jurídica. Para o ministro do STF, também faltam estudos que detalhem os impactos financeiros, riscos operacionais, dependência tecnológica e governança após a privatização da Celear.

“A liminar do ministro Flávio Dino representa uma vitória da Constituição e da proteção dos dados dos paranaenses. Sempre defendemos que não se pode tratar como simples ativo financeiro uma empresa que guarda informações fiscais, educacionais, sanitárias e de segurança pública”, afirmou o advogado Paulo Jordassen Falcão de Marcos, representante do Comitê de Trabalhadores contra a Privatização da Celear, ouvido pelo site Bem Paraná.



Florena Rosa/ABr

Em dezembro, mais de 4,4 milhões de casas foram afetadas pelo apagão



Tapajós Vivo

Indígenas ocuparam o terminal da multinacional Cargill em Santarém

Governo revoga decreto que previa a privatização de hidrovias na Amazônia

O governo federal anunciou na noite desta segunda-feira (23) a revogação do decreto presidencial que incluía três hidrovias na Amazônia no Programa Nacional de Desestatização, atendendo à principal reivindicação de povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas que se mobilizaram contra a medida. A decisão foi tomada após reunião no Palácio do Planalto entre lideranças indígenas e representantes do Executivo, em meio a protestos, ocupações e bloqueios realizados nas últimas semanas.

A revogação ocorreu após intensa pressão de comunidades que corriam risco de serem afetadas pelas hidrovias privadas. Indígenas de cerca de 14 etnias ocuparam as instalações da multinacional Cargill, em Santarém, no oeste do Pará, para exigir a retirada do edital que, segundo o movimento, abre caminho para a “privatização do rio Tapajós”. A empresa, que opera um dos principais terminais de exportação de soja da região, é vista como uma das maiores beneficiárias da expansão da hidrovia, que ampliaria o escoamento do agronegócio e reduziria custos logísticos, mas, transferiria a “gestão” dos rios à sanha privatista.

O decreto previa a concessão da Hidrovia do Rio Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); da Hidrovia do Rio Tocantins, entre Belém (PA) e Peixe (TO); e da Hidrovia do Rio Tapajós, entre Itaituba (PA) e Santarém (PA). Para as comunidades afetadas, a iniciativa representava uma forma de privatização de trechos estratégicos dos rios e poderia abrir caminho para dragagens e outras intervenções com impactos ambientais e territoriais.

Lideranças indígenas afirmaram que os projetos ameaçavam “os territórios tradicionais, a pesca, a navegação local e o modo de vida das comunidades”.

A mobilização ganhou força em Santarém (PA), onde indígenas ocuparam instalações da multinacional Cargill, uma gigante do

comércio global de grãos, responsável por operar um importante terminal de exportação de soja no município. Segundo os manifestantes, a empresa é uma das principais beneficiárias da expansão das hidrovias e seria privilegiada com a redução de custos logísticos, o que ampliaria o escoamento da produção do agronegócio do Centro-Oeste para os mercados internacionais. Para as lideranças, “o rio não pode ser tratado apenas como corredor de exportação de commodities, ignorando quem vive às suas margens”.

Durante os protestos, houve também a interrupção simbólica do transporte de soja, com bloqueios e retenção de cargas nas áreas próximas ao porto, como forma de denunciar o modelo de infraestrutura voltado prioritariamente ao agronegócio. Os indígenas afirmaram que a ação buscava “mostrar que a economia não pode se sobrepôr aos direitos constitucionais dos povos originários e à proteção da Amazônia”.

O contexto do conflito também envolve decisões judiciais recentes. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem reafirmado a obrigação do Estado brasileiro de realizar consulta livre, prévia e informada a povos indígenas e comunidades tradicionais antes da implementação de grandes empreendimentos de infraestrutura, conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em decisões e votos recentes, ministros da Corte destacaram que projetos com potencial impacto territorial e ambiental não podem avançar sem a participação efetiva das comunidades afetadas, o que foi citado pelas lideranças indígenas como fundamento jurídico à ocupação.

O processo de mobilização e resistência foi marcado por tensões políticas locais. Lideranças indígenas relataram ameaças por parte de pessoas ligadas ao agronegócio na região. O vereador de Santarém Angelo Ferrari (PL) foi denunciado por manifestantes e organizações sociais por ter avançado com um carro em direção ao grupo durante

os protestos, mas não houve registro de feridos, segundo as lideranças. “As ameaças revelam a pressão política e econômica exercida para silenciar quem denuncia os impactos do agronegócio na região”, disseram os manifestantes.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que as preocupações apresentadas pelas comunidades foram determinantes para a mudança de posição do governo. Segundo ele, “os povos indígenas apontaram os efeitos que essas obras poderiam gerar em seus territórios, e essa preocupação foi levada em conta na decisão de hoje”. O Ministério de Portos e Aeroportos informou que a revogação foi negociada internamente com outras pastas e será formalizada por meio de publicação no Diário Oficial da União.

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, afirmou que a decisão está alinhada ao compromisso do Brasil de assegurar a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas. Segundo ela, “qualquer empreendimento ligado à Hidrovia do Tapajós precisa ser precedido de diálogo com os povos afetados, e isso precisa ser respeitado na prática”. Guajajara também alertou para a situação crítica das comunidades mobilizadas, destacando que “há mulheres, crianças e famílias acampadas em condições precárias, sob ameaças, o que torna urgente uma resposta do Estado”.

A ministra já vinha dialogando com o movimento, e uma reunião com representantes das comunidades e do Ministério dos Povos Indígenas foi realizada em 2 de fevereiro.

Para os indígenas, a revogação do decreto representa uma vitória parcial, mas significativa, da resistência dos povos originários. Representantes do movimento afirmaram que a decisão demonstra que “a organização coletiva e a pressão popular podem barrar projetos que desconsideram os direitos territoriais e ambientais”.



Divulgação

Marielle foi morta por milicianos STF condena irmãos Brazão pelo assassinato de Marielle e Anderson

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu nesta quarta-feira condenar, de forma unânime, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e João Francisco, conhecido como Chiquinho Brazão, ex-deputado federal, pela acusação de planejar o homicídio da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, além da tentativa de homicídio contra a assessora Fernanda Chaves.

Também foram condenados Ronald Paulo de Alves, ex-policia militar, e Robson Calixto Fonseca, conhecido como “Peixe”, pelo duplo homicídio e pelo homicídio tentado. Os irmãos Brazão e Robson Calixto foram condenados ainda por organização criminosa. O delegado Rivaldo Barbosa, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi condenado por obstrução da Justiça e corrupção passiva.

A decisão foi formada após os ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin acompanharem o voto do relator, Alexandre de Moraes, que acolheu a maior parte dos pontos apresentados pela acusação da Procuradoria-Geral da República.

VOTO DE ALEXANDRE DE MORAES
Relator do caso, Moraes afirmou que há provas de autoria e materialidade para os crimes imputados aos acusados e destacou a motivação política do atentado. Em seu voto, declarou: “Domingos Inácio Brazão e João Francisco Inácio Brazão foram os mandantes do duplo homicídio e da tentativa de homicídio contra as vítimas Marielle Francisco da Silva, à época vereadora do município do Rio de Janeiro, Anderson Pedro Mathias Gomes, então o motorista da vereadora, e Fernanda Gonçalves Chaves, então assessora”.

O ministro também afirmou que, no caso de Marielle, a motivação política se somou com a “misoginia, racismo, discriminação”. Em outro trecho, disse: “Marielle era uma mulher preta e pobre que estava peitando os interesses de milicianos”.

Moraes votou para condenar Domingos e Chiquinho Brazão por organização criminosa armada e pelos homicídios de Marielle e Anderson, além da tentativa de homicídio de Fernanda Chaves. Também votou para condenar Robson Calixto, o Peixe, ex-assessor de Domingos, e Ronald Paulo Alves Pereira, o Major Ronald, pelos dois homicídios e pelo homicídio tentado. Em relação ao delegado Rivaldo Barbosa, desclassificou a acusação da PGR sobre participação direta nos crimes por dúvida razoável, não por negativa de autoria, mas o condenou por obstrução de Justiça e corrupção passiva.

VOTO DE CÁRMEN LÚCIA
Terceira a votar, a ministra Cármen Lúcia afirmou que o Brasil não pode permitir novos crimes semelhantes e disse que o país não pode deixar mais “Marielles” serem assassinadas. Em sua manifestação, declarou: “Eu me pergunto, senhoras e senhores, quantas Marielles o Brasil permitirá sejam assassinadas até que se ressuscite a ideia de Justiça nesta pátria de tantas indignidades. Quantos Anderson nós ainda vamos ver chorar quantos vão ficar órfãos para que o Brasil resolva que isso não pode continuar e que esse estado de direito não é retórica”.

Dirigindo-se aos familiares das vítimas presentes na plateia, afirmou: “Esse julgamento é apenas o testemunho tímido, quase constrangido, da minha parte, da resposta que o direito pode dar diante da dor pungente, atroz que tem aqui a face da mãe, da filha, do filho, das viúvas, da trabalhadora que se afirma ter sobrevivido quando todo mundo tem o direito à vida e não à sobrevida— Esse processo, eu digo, presidente, me faz mal. Pela impotência do direito diante da vida dilacerada. Que a minha pobre humanidade é inábil para não saber como enxergar”.

A ministra também declarou que a escolha de Marielle como alvo teve relação com o fato de ser mulher e afirmou: “Mas há um lado mais perverso. Nós mulheres mesmo, eu, branca e mesmo eu juíza. Nós somos mais ponto de referência do que sujeito de direito. Então matar uma de nós é muito mais fácil, matar fisicamente, matar moralmente, matar é profissionalmente é muito mais fácil. Continua sendo. Isto não é incomum, tragicamente e eu espero que as próximas gerações não tenham que cogitar sequer deste tema. Mas é isso mesmo, é uma violência política”.

VOTO DE FLÁVIO DINO
Responsável pelo voto final, Flávio Dino destacou elementos que confirmam os relatos do assassino confesso Ronnie Lessa sobre o atentado ocorrido em 2018. O ministro afirmou ter identificado 30 elementos que corroboram os depoimentos de Lessa e de Elcio de Queiroz, também condenado pela execução. Segundo Dino, esses elementos lhe “dão a tranquilidade” de que ele “está fazendo seu trabalho da melhor forma” e “afastam qualquer dúvida razoável” sobre a condenação dos réus.

Dino também afirmou que “poucos institutos foram tão mal aplicados como a delação premiada”, o que suscita contestações, mas ressaltou que, no caso Marielle, as duas delações convergem, constituindo o primeiro elemento de corroboração dos relatos. Ele citou ainda o monitoramento de Marielle, as conclusões da CPI das milícias, dados relacionados à grilagem de terras e o fato de o crime ter sido “pessimamente investigado de modo doloso”.

Com a decisão unânime, a Primeira Turma do STF conclui que os mandantes do atentado foram identificados e responsabilizados, reconhece a atuação de organização criminosa e afirma que o assassinato de Marielle Franco teve motivação política associada a discriminação e interesses de milicianos.

MPT



“Pejotização irrestrita seria o fim da relação de trabalho com direitos”, diz procurador do MPT

O procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rodrigo Barbosa de Castilho, que também é coordenador nacional de Combate a Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret) do MPT, afirmou, em entrevista ao site Viomundo, que “a pejotização é ilegal, fraude direitos sociais fundamentais e trabalhistas e propicia precarização nas relações do trabalho”.

O procurador ressalta que, além de “uma fraude evidente”, “tal estratégia representa perda de R\$ 100 bilhões de arrecadação fiscal de INSS e FGTS”.

Referindo-se ao parecer do procurador-geral da República, Paulo Gonet, favorável à pejotização, enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) no início desse mês, o procurador foi categórico: “Se prevalecer o parecer do procurador-geral da República e o STF julgar com base em tais argumentos, isso representará o fim da relação de trabalho com direitos, instituindo-se um novo paradigma no mercado de trabalho – a pejotização de trabalhadores sem direitos”.

Ele questiona que, “no futuro”, podendo-se contratar trabalhadores sem direitos, “que empresa decidirá contratar empregados com direitos?”. “Os direitos têm um custo e as empresas, no sistema capitalista de mercado, buscam reduzir custos e maximizar lucros”.

“Hoje, a Constituição Federal e as leis sociais proíbem a pejotização irrestrita. A depender do teor da decisão do STF, pode-se imaginar no futuro um cenário de liberdade de escolha pelas empresas para contratar trabalhadores como empregados ou PJs. Essa liberdade será exercida, majoritária ou totalmente, na opção da pejotização pelo custo zero às empresas. O ônus será todo transferido aos trabalhadores pejotizados”, diz o procurador.

Citando denúncias de pejotização apuradas pela Conafret entre 2021 e 2025, o procurador afirma que “os números evidenciam aumento importante de procedimentos instaurados”.

Segundo ele, em 2021, foram 691 investigações e, em 2025, pularam para 2.410.

“A realidade é que, nos últimos 3 anos, 5,5 milhões de empregados formais foram demitidos e, logo em seguida, abriram MEI [Microempreendedor Individual]; a maioria para continuar prestando serviços para as mesmas empresas, sob as mesmas condições contratuais”, ressalta o procurador.

Ainda de acordo com Rodrigo Barbosa, “os números refletem apenas a ponta do iceberg, pois há muita demanda reprimida ou repressada. Nem todos os trabalhadores denunciam a fraude aos poderes públicos por medo de represálias, assédio ou demissão”.

Ele destaca ainda “a falta de informação ou conhecimento dos trabalhadores sobre seus direitos e o enfraquecimento dos sindicatos como representante da categoria pelas últimas reformas trabalhistas que retiraram parte de seu financiamento e poder”.

Justiça mantém condenação da Volkswagen por trabalho análogo à escravidão no Pará

A Justiça do Trabalho manteve uma condenação da Volkswagen por trabalho análogo à escravidão, em um caso ocorrido entre os anos de 1974 e 1986, no Pará. Na terça-feira (24), a 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região julgou procedentes todos os termos da condenação, proferida em agosto de 2025. Além da multa de R\$ 165 milhões por dano moral coletivo, a Justiça determinou a adoção de uma política de garantias para evitar a repetição das violações. Entre as medidas, de acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a multinacional terá que aprovar e divulgar uma Política de Direitos Humanos e Trabalho Decente com cláusula de “tolerância zero” ao trabalho escravo e tráfico de pessoas.

O valor da multa será destinado ao Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e de Erradicação do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo no Pará (Funtrad/PA).

O crime, em que centenas de trabalhadores da Fazenda Vale do Rio Cristalino – conhecida como Fazenda Volkswagen – foram submetidos a práticas como servidão por dívida, vigilância armada, alimentação insuficiente, alojamentos precários e falta de assistência médica, especialmente aos acometidos

por malária, segundo o MPT, “configura o núcleo do trabalho escravo contemporâneo”.

O empreendimento, de produção agropecuária, que contava com 300 empregados diretos, entre pessoal administrativo, vigilantes e vaqueiros, teve apoio da ditadura militar e financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A fazenda tinha 139 mil hectares, quase o tamanho da cidade de São Paulo.

Segundo as denúncias, as violações ocorreram principalmente contra lavradores e peões aliçados em pequenos povoados no Mato Grosso, Goiás e no atual Tocantins, arrematados para derrubar florestas e transformá-las em pastos.

A decisão da Justiça foi tomada em ação civil pública ajuizada pelo MPT em dezembro de 2024, baseada em denúncias da Comissão Pastoral da Terra com base em relatório apresentado pelo padre Ricardo Rezende Figueira. De acordo com o MPT, durante as investigações, foram acessados ações judiciais, inquéritos policiais, certidões e depoimentos prestados em cartório que comprovariam a ocorrência dos fatos denunciados.

A Volkswagen disse que vai recorrer da decisão.

“Jornada 5×2 com 40 horas tornará Brasil menos desigual”

Divulgação



Adilson, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB-SP) reagiu à reportagem da Folha

Brasil tem jornada maior do que países como França e Holanda, afirma Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) respondeu, em suas redes sociais, à matéria encomendada pela Folha de S. Paulo sobre a jornada de trabalho dos brasileiros. Na tentativa de mostrar que o brasileiro “trabalha pouco” (40,1 horas semanais), a partir de comparações com países como França (31 horas semanais), Japão (35,5), Noruega (27,8) e Holanda (27,6). Confira, abaixo, a reação do deputado:

“Em comparação com o resto do mundo, o brasileiro não trabalha muito e nem pode ser considerado particularmente esforçado”. (Folha de São Paulo).

Essa matéria me pareceu absurda, mas depois eu pensei um pouco e me parece mais que

isso. Parece mal-intencionada. E o que é pior, eles pegam a lista de 160 países e o Brasil está na posição 38, ou seja, há 122 países do mundo onde se trabalha menos que no Brasil. E o curioso é que o parâmetro que eles têm é o Sudão, é o Butão. Não são os países mais desenvolvidos, em que a jornada de trabalho já é, há algumas décadas, menor do que a jornada de trabalho do Brasil.

E mais curioso ainda é que essa matéria, que parece forjada, aparece no momento em que há um debate público sobre a redução da jornada de trabalho sobre o fim da escala 6×1. Há uma tentativa de forjar o cenário do mercado trabalhado brasileiro para impedir um avanço importante, que é o debate acerca da jornada de trabalho e do fim da escala 6×1.

O que se pretende é manter o atual grau de exploração dos trabalha-

dores brasileiros. Esses dias eu publiquei nas minhas redes um vídeo de uma mulher que falava que trabalhava o mês inteiro, hora extra, com o sacrifício da família, sacrifício até mesmo do seu corpo físico, para quê? Para garantir a Hilux nova da patroa no final do ano e garantir os seus luxos. Essa é a realidade do Brasil.

Tem gente que fala de mérito, eu digo que é exploração. E é por isso que acabar com a jornada 6×1 é fundamental para virarmos este jogo. Acabarmos com a superexploração dos trabalhadores brasileiros, com a concentração de renda e com a desigualdade. E isso também que faz o Brasil ser um dos países mais desiguais do mundo. Por isso a nossa luta é pelo fim da escala 6×1. Redução de jornada de trabalho sem reduzir salários, sem reduzir direitos.”



Entidades defendem mudança da escala com redução da jornada sem redução de salário

Em entrevista ao HP, Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) declarou que a possibilidade de vitória da jornada 6×1 com a redução da jornada para 40 horas semanais é graças ao apoio do governo Lula e da mobilização do movimento popular; em especial, do movimento sindical, o que sensibilizou o Congresso Nacional para pôr em pauta a discussão.

HP – Por que a escala 5×2 é uma prioridade da CTB e como você está vendo a possibilidade de vitória?

Adilson – O fim da escala 6×1 teve maior repercussão na medida em que ganhou o apoio do governo Lula. Uma parcela importante da representação institucional (Congresso Nacional) passou a galvanizar esforços para pautar a tramitação da PEC que põe fim à escala 6×1 e institui objetivamente a escala 5×2, com garantia da redução da jornada para 40 horas semanais.

O movimento Vida Além do Trabalho – fundado pelo ex-atendente de farmácia Rick Azevedo, um coletivo popular que luta pelo fim da escala de trabalho 6×1, que busca melhores condições de vida, mais tempo livre para lazer/família e combate à exaustão – ajudou a transformar essa pauta numa bandeira mais visível.

Para a CTB, a luta pela redução da jornada de trabalho é prioritária. É parte de uma luta secular contra a exploração do trabalho. Existe um itinerário histórico de lutas e resistência para enfrentar a ganância do capital. Desde 1857, com a greve das operárias têxteis em Nova York pelas 8 horas e contra o assédio predominante na época. O movimento foi reprimido de forma violenta, culminando na morte de 129 operárias. Esse processo marcou a luta internacional e consolidou o 8 de março como Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras.

Anos depois, a luta do movimento operário de Chicago, também marcada por repressão e assassinatos, tinha como reivindicação a redução da jornada para oito horas. Esse episódio deu origem à celebração do 1º de maio como dia internacional de luta da classe trabalhadora.

No Brasil, o movimento operário também se levantou com esse propósito. A redução da jornada ganhou maior expressão no pós-ditadura, com a Constituição de 1988 que fixou a jornada em 44 horas semanais. Mas essa luta não se encerrou ali.

Em 2011, houve compromisso do governo de pautar a redução para 40 horas semanais. Mas faltou protagonismo e pressão mais efetiva da parte do movimento sindical.

O que percebemos é que essa é parte de uma luta histórica, coletiva, por desconcentração de renda, enfrentamento à precarização e garantia de melhores condições de vida – direito ao lazer, à família e à qualificação. Hoje, 90% dos trabalhadores brasileiros ganham até R\$ 3.500. O Brasil está entre os países com maior incidência de mortes por acidente de trabalho. Esses elementos justificam a urgência da redução da jornada.

Argumenta-se que a produtividade está baixa e a redução geraria demissões. Mas o exemplo da valorização do salário mínimo mostra o contrário: ao aumentar a renda, movimenta-se a economia e o próprio Estado arrecada mais.

A última grande redução foi em 1988. Diante do avanço tecnológico e do aumento da produtividade, é chegada a hora de avançar. Aprovar o fim da escala 6×1 e instituir a jornada 5×2, com 40 horas semanais, é passo fundamental para tornar o Brasil mais humano e menos desigual.

HP – Essa luta pelo fim da jornada 6×1 está necessariamente ligada à luta pela redução da jornada?

Adilson – No fundamental, faz parte da mesma luta. Mas a luta principal da classe trabalhadora é a redução da jornada.

Dadas as dificuldades da correlação de forças no Congresso, garantir a jornada 5×2 com 40 horas semanais é uma grande conquista. É a continuidade de uma luta histórica. O essencial é reduzir a jornada. Isso pode gerar mais de dois milhões de empregos, melhorar a qualificação, o que vai elevar a produtividade.

HP – A mídia conservadora diz que vai derubar a produtividade...

Adilson – Não há base sólida para o argumento de que a redução prejudica a produtividade.

Países como Alemanha (34 horas), Reino Unido (36 horas) e Argentina (37 horas) demonstram que jornadas menores não significam menor produtividade. Pelo contrário, ambientes mais saudáveis elevam o desempenho.

A escala 6×1 é perversa: apenas um dia de descanso compromete o convívio familiar e o bem-estar. Com os avanços tecnológicos, é incoerente aumentar a exploração.

Reduzir a jornada significa diminuir a exploração, melhorar as condições de saúde, reduzir doenças ocupacionais e acidentes, além de gerar empregos. Isso fortalece o mercado interno e beneficia inclusive as empresas.

HP – Seu raciocínio é que, fortalecendo o mercado interno, fortalece o consumo e a produtividade. E que o arrocho salarial e a informalidade só prejudicam o trabalhador. É isso?

Adilson – Exatamente. A proposta é viável e já encontrou receptividade institucional. Medidas como a ampliação da isenção do imposto de renda até R\$ 5 mil mostram que reduzir a tributação sobre o salário pode estimular o consumo das famílias. Ao melhorar o poder de compra, movimenta-se a economia. O Estado tende a ganhar com o aumento da atividade econômica.

Melhorar o consumo das famílias, reduzindo a tributação sobre o salário, significa dar às pessoas a condição de se vestir melhor, comer melhor, ter a possibilidade de exercer minimamente o lazer e a convivência familiar.

É preciso desconstruir essas teses arcaicas do mercado, que se alimentam de discursos falaciosos. O Estado Nacional não pode servir de banco para satisfazer o gosto dos rentistas.

Está muito claro que reduzir a exploração e combater a precarização vai ajudar – e muito – o país a se desenvolver. É exatamente disso que precisamos: apostar na neoindústria, apostar em um programa de desenvolvimento que libere as forças produtivas.

Vamos discutir a necessidade de um ambicioso programa de energias limpas e renováveis, que possa gerar empregos de qualidade, motivar a indústria nacional no plano dos investimentos técnico-científicos.

Precisamos retomar a indústria naval, fortalecer a engenharia nacional e ambicionar novos mercados que se abrem a partir da inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, com protagonismo, por exemplo, na produção de energias limpas e renováveis.

Harmonizar a redução da jornada de trabalho com a escala 5×2 vai permitir que o Brasil se assente no trilho do desenvolvimento, numa perspectiva de futuro mais humano e menos desigual.

CARLOS PEREIRA



Masoud Pezeshkian, presidente do Irã Bases dos EUA serão alvos legítimos no caso de ataque ao Irã, reafirma Teerã

Em carta entregue ao secretário-geral Antonio Guterres e ao Conselho de Segurança da ONU, o embaixador iraniano Amir Saeid Iravani denunciou ameaça explícita do presidente Trump de bombardear o Irã e “a movimentação e acúmulo persistentes de equipamentos e recursos militares por parte dos EUA”, reiterando que Teerã exercerá seu direito de autodefesa conforme o artigo 51 da Carta da ONU e considerará “todas as bases, instalações e ativos da força hostil” na região como “alvos legítimos” caso seja “alvo de ação militar”. Em discurso pela tevê estatal, o presidente Masoud Pezeshkian afirmou que o país não vai “curvar a cabeça” diante de pressões.

Órgãos de mídia dos EUA apontaram que um “ataque limitado” poderia já ocorrer e que o Pentágono estaria “pronto” para uma guerra de “semanas”. Há notícias de que os EUA estão esvaziando algumas das bases mais próximas ao Irã, com temor do troco que virá. Na semana passada, Trump apregoou em público uma “mudança de regime” no Irã.

Neste momento, os Estados Unidos concentram em torno do Irã a maior presença militar na região desde a guerra de agressão ao Iraque, com dois porta-aviões nucleares e 12 navios de guerra de escolta, inclusive sete lança-mísseis, mais dezenas de bombardeiros, aviões-cisterna de reabastecimento, aviões de comando, sistemas antimísseis e, sem dúvida, submarinos nucleares. Na região, os EUA já têm 30 mil soldados estacionados em 19 bases.

Sobre tal armada, o líder máximo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, lembrou que o porta-aviões pode ser “perigoso”, no entanto, “mais perigosa do que esse navio de guerra é a arma capaz de afundá-lo”, numa referência aos novos mísseis hipersônicos iranianos. O Corpo da Guarda Revolucionária do Irã já comunicou estar com “o dedo no gatilho”.

MAIS AMEAÇAS DE TRUMP

A reiteração da ameaça de Trump foi feita a seguir à inauguração do seu assim denominado “Conselho da Paz”, de que é, aliás, presidente vitalício, e poucos dias depois do discurso de Marco Rubio, seu secretário de Estado, no fórum de Munique, instando os europeus a ajudarem Washington a recolônizar o mundo. Trump encerrou a sessão do seu “Conselho” com um martelo de ouro, como nas leiloatas de Wall Street.

Mas mesmo as mais buriladas conspirações podem ter problemas inesperados: o Reino Unido, que está ultimando a devolução de Chagos às Ilhas Maurício, anunciou que não cederá a base de Diego Garcia para ataques ao Irã, segundo o The Times.

A exigência de “zero de enriquecimento” viola os direitos dos países não-nucleares determinados pelo TNP. Há décadas está estabelecida a decisão soberana do Irã de não ter armas nucleares mas de dominar a tecnologia nuclear para fins pacíficos. Desde as revelações de Mordechai Vanunu, o mundo inteiro sabe quem viola o TNP e inclusive tem uma centena de bombas nucleares: Israel.

A posse de mísseis para dissuasão de um agressor com a ferocidade de Israel é um direito líquido e certo de uma nação soberana como o Irã, uma das mais antigas civilizações do planeta. É o seu direito apoiar aqueles que lutam contra o colonialismo de colonos de Israel no Oriente Médio, o que é uma conquista da revolução anticolonial vivida pela humanidade no século passado, desencadeada a seguir à derrota do nazifascismo.

O ultimato ao Irã sobre o “acordo nuclear” foi acompanhado por um comentário de Trump bem no estilo dos gangsters de Nova Iorque: “coisas ruins podem acontecer”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Milei precariza o trabalho e escancara país às importações, dizem economistas

“A reforma trabalhista legaliza a precarização do trabalho em um contexto econômico de deterioração da produção, que causa fechamento de muitas empresas ou as leva a interromper a produção e se tornarem importadoras”, afirma Matias Maito, pesquisador do programa de Formação e Estudos sobre Trabalho e Desenvolvimento (Cetyd) da Universidade de San Martín, condenando a Lei do Contrato de Trabalho, articulada por Milei.

O especialista foi um dos muitos consultados pelo jornal Página 12 na reunião aberta “Não à reforma de Milei. Vamos discutir estratégias alternativas”, na sede do Instituto Argentina Grande (IAG), defendendo a ruptura com a cartilha de submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a adoção de um novo modelo, baseado no estímulo à indústria nacional e na geração de emprego e renda.

Realizado em meados de fevereiro, o encontro já denunciava o fechamento de mais de 21 mil empresas e a perda de cerca de 300 mil empregos pelo incentivo à importação e ao brutal arrocho salarial durante os dois anos de

desgoverno.

De forma clara, Matias Maito apontou que “as leis que podem ajudar a gerar empregos são aquelas que incentivam os setores que demandam mão de obra qualificada e que têm o mercado interno como um de seus pilares”, muito diferente da regressão imposta por Milei, sustentada em um modelo econômico regressivo e recessivo.

Segundo Hernán Herrera, pesquisador da área de economia do IAG, a mal denominada “reforma trabalhista” vem para “facilitar as demissões” num modelo econômico recessivo em que a Argentina está mergulhada. É o caso agora, reiterou: “as demissões ocorrerão mais rapidamente, e isso acelerará o colapso econômico porque haverá menos dinheiro em circulação”.

O assalto aos direitos trabalhistas, na avaliação de Herrera, está perversamente alinhado a um “modelo de ajuste”, enquanto “o emprego é gerado com um modelo de crescimento”. Os números falam por si: liderada pelas obras públicas, a queda nos investimentos públicos foi brutal: 27% em termos reais entre 2023 e 2025.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Jesse Jackson combateu segregação nos EUA e apartheid na África do Sul



Jesse Jackson em recepção a Nelson Mandela nos Estados Unidos

Embaixador dos EUA declara que Israel tem direito de usurpar tudo “do Eufrates ao Nilo”

Em entrevista ao ex-âncora da Fox News, Tucker Carlson, que viajou até Israel especialmente para isso, o atual embaixador dos EUA, Mike Huckabee, assumidamente um “sionista evangélico” e ex-governador, foi amplamente rechaçado após sua declaração de que “tudo bem” – após ser questionado que o suposto “direito bíblico” concedido aos “descendentes do profeta Abraão” englobaria “a maior parte do Oriente Médio”, passando por cima de fronteiras e, nos inexistentes ‘termos bíblicos’, indo do “Eufrates ao Nilo”. A entrevista foi ao ar na sexta-feira (20).

O achincalhe, ainda mais tóxico na medida em que Washington ameaça declarar guerra ao Irã com apoio de Israel nos próximos dias ou horas, desencadeou protestos generalizados entre árabes e muçulmanos, com uma capital após a outra se manifestando e o repúdio das três principais organizações ligadas a esses países, a Liga Árabe, a Organização de Cooperação Islâmica, esta com 53 países membros, e o Conselho de Cooperação do Golfo.

Em declaração conjunta, as três organizações condenaram veementemente a posição de Huckabee, classificando-a como “perigosa e provocativa”, e denunciando-a como “uma violação flagrante dos princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, o que representa uma grave ameaça à segurança e à estabilidade da região”.

Pronunciaram-se contra, os governos da Arábia Saudita,



Embaixador dos EUA em Israel defende usurpação dos Estados árabes.

O comunicado adverte que “a continuidade das políticas expansionistas e das medidas ilegais de Israel apenas alimentará a violência e os conflitos na região e prejudicará as perspectivas de paz”. Reiteraram seu firme compromisso com “o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação e estabelecimento do Estado independente com base nas fronteiras de junho de 1967, bem como o fim da ocupação de todos os territórios árabes”.

A provocação acontece dois dias após a inauguração, por Trump, de seu “Conselho da Paz”, que supostamente deveria ajudar a encontrar uma saída diplomática e pacífica para a crise de Gaza, mas cujo intento declarado – inclusive pelo plano apresentado pelo genro de Trump, Jared Kushner, ao farsante Conselho da Paz – é gerar um lucrativo resort no Mediterrâneo, a “Riviera sobre cadáveres”.

“Agressões a Cuba são inaceitáveis”, afirma Putin na recepção ao chanceler cubano no Kremlin

O presidente russo Vladimir Putin e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, se reuniram em Moscou, nesta quarta-feira, com o ministro das Relações Exteriores da República de Cuba, Bruno Rodríguez Parrilla, para reafirmar a cooperação e o apoio de Moscou à soberania de Cuba diante da ameaça do imperialismo americano. Putin já declarou que a Rússia vai retomar o fornecimento de petróleo aos cubanos.

O presidente russo assegurou o apoio de Moscou a Cuba, chamou de “inaceitáveis” as agressões americanas contra a ilha caribenha, defendeu o direito do país caribenho à independência e soberania em um momento no qual a deterioração das condições econômicas ocorre com a exacerbação do bloqueio contra Cuba e rejeitado por países de todo o mundo.

“DIREITO DE CUBA”

“Sempre estivemos ao lado de Cuba em luta pela independência, pelo direito de seguir seu próprio caminho de desenvolvimento, sempre apoiamos o povo cubano. Sabemos o quão difícil foi para o povo cubano ao longo dessas décadas de independência, lutando por seu direito de viver segundo suas próprias regras e defender seus interesses nacionais”, disse Putin.

Lavrov defendeu a resolução para questões internacionais devem ser resolvidas “através do diálogo baseado no respeito mútuo e de um equilíbrio de interesses”. O chefe da diplomacia russo também criticou as ações



Putin recebe o chanceler cubano, Bruno Rodriguez

de Washington e disse que os EUA estão “ameaçando endurecer suas ações desumanas e ilegítimas após um bloqueio de mais de 70 anos”.

“Como a maior parte da comunidade internacional, pedimos aos EUA bom senso e tomem uma atitude responsável, abstendo-se de implementar seus planos para um bloqueio naval da Ilha da Liberdade. Rejeitamos categoricamente as alegações rebuscadas sobre a Rússia e Cuba, e a cooperação entre eles, que presumivelmente estaria ameaçando os interesses dos EUA ou de quaisquer outros países”, disse Lavrov na abertura das conversações.

Em 29 de janeiro, o presidente americano, Trump, assinou ordem executiva que autoriza o governo dos EUA a unilateralmente impor tarifas contra países que fornecerem petróleo para os cubanos, provocando uma crise energética na ilha.

Ele também declarou estado

de emergência para rotular Cuba como uma ameaça à segurança dos EUA e apontou a proximidade de Cuba com a Rússia como sendo um fator decisivo para a medida.

“Gostaria também de reafirmar a completa inaceitabilidade das ações dos Estados Unidos que, como recordaram há pouco, adotou uma ordem executiva que designa Cuba como uma ameaça para os interesses nacionais dos EUA. Ao mesmo tempo, o documento diz que essa suposta ameaça é exacerbada pela cooperação de Cuba com a Rússia, que foi descrita no documento como um ator “hostil” e “maligno”, disse Lavrov.

O ministro russo rejeitou o que ele chamou de “acusações fabricadas” pelos americanos para sabotar a cooperação histórica entre a Rússia e Cuba e que essa parceria não apresenta nenhum risco aos interesses americanos ou de qualquer outro país.

Teve candidaturas forjadas no combate à desigualdade nos EUA, ao apartheid sul-africano, contra agressão ao Iraque e pelo fim do bloqueio a Cuba

Quando o reverendo Jesse Jackson concorreu a presidente dos Estados Unidos pela primeira vez em 1984 e até pela segunda vez em 1988, relata o então estudante de pós-graduação, agora respeitado economista, Dean Baker, “não havia um único governador negro nos Estados Unidos. Não havia governadores negros desde o fim da Reconstrução. Também não havia senadores negros.”

“Provavelmente é difícil para os mais jovens imaginarem, e até para veteranos como eu, lembrarem o quão grave era a discriminação no passado não muito distante”, pontua, ao falar sobre o recém falecido líder da luta pelos direitos civis, isto é, contra o apartheid, e discípulo de Martin Luther King – e sobre seu papel para desmontar os espessos muros da segregação.

Na Universidade de Michigan, onde Baker estudava, só havia dois professores negros com estabilidade na universidade inteira – e era assim por todo lado, no país inteiro.

“Lembro de conversar com um repórter naquela noite, depois que a dimensão da vitória de Jackson ficou clara. Até aquele momento, havia inúmeras matérias na mídia perguntando: ‘O que Jesse Jackson realmente quer?’ como se a ideia de que uma pessoa negra quer ser presidente fosse absurda à primeira vista”, relata o economista. Na primeira tentativa, foram 3,3 milhões de votos; na segunda, mais do dobro. Estava aberto o caminho para candidaturas negras.

POR JUSTIÇA ECONÔMICA

Era uma candidatura que, em tempos de furor reaganista, insânia armamentista e ascensão neoliberal, propugnava por justiça econômica – ou como ele gostava de dizer, “por uma economia coletiva” – e “contra a guerra”.

Jackson uniu “a luta contra a opressão racial em casa e contra as políticas imperialistas no exterior”, destacou a editora da revista The Nation, Katrina vanden Heuvel. “A guerra corrói a democracia”, ela se recorda dele dizendo.

Baker contrasta essa situação dura vivida pelos “perdedores” – isto é, a grande maioria – com o “revisonismo bizarro” de certos intelectuais que acreditam que as décadas de 1970 e 1980 nos EUA foram uma “Era de Ouro”.

“A taxa de desemprego foi média superior a 7% de 1974 a 1992. O salário mediano na verdade caiu de 1973 até meados da década de 1990”, enquanto se desencadeava uma redistribuição de renda, dos debaixo, para o alto da pirâmide. “Jackson falou com essas pessoas, os perdedores”.

“Numa época em que Reagan estava ocupado cortando impostos para os ricos e diminuindo programas sociais, e o comércio devastava grandes partes do Meio-Oeste industrial, Jackson defendia uma agenda populista focada em fortalecer os pobres e a classe trabalhadora. Sua mensagem ressoou com muitos trabalhadores brancos que se sentiam abandonados pela corrente principal do Partido Democrata, e até mesmo com muitos agricultores devastados pelo dólar supervalorizado no início e meados dos anos 1980”, registrou Baker. E foi assim que se formou sua Coalizão Arco Iris.

Também se posicionou contra a desindustrialização, uma espécie de efeito colateral da hiperfinanceirização do país e do mundo unipolar que estava sendo parido. No início de 1988, Jackson organizou uma assembleia na ex-fábrica de montagem da American Motors em Kenosha, Wisconsin, aproximadamente duas semanas depois que a nova proprietária, Chrysler, anunciou que a fecharia no fim do ano. Em seu discurso, Jackson manifestou-se contra a decisão da Chrysler, afirmando: “Precisamos enfocar Kenosha, Wisconsin, como o lugar, aqui e agora, onde marcamos uma posição para dar um basta à violência econômica”.

UM PROGRAMA AVANÇADO

A campanha de Jackson propunha recriar a infra-estrutura dos Estados Unidos e proporcionar empregos a todos os americanos. Reverter a política econômica da era Regan em favor dos mais ricos, taxando

suas fortunas em dez por cento e destinando o dinheiro ao financiamento de programas de bem-estar social

No combate às drogas, propunha deslocar a ênfase na punição aos usuários, de nítido viés racista, para a rigorosa punição dos banqueiros implicados na lavagem de dinheiro e na cúpula dos traficantes

Também propunha conceder indenizações aos descendentes de escravos negros e apoiar a agricultura familiar, restabelecendo muitos dos programas do New Deal da era Roosevelt.

Criava um sistema único de pagamento de planos de saúde, ao alcance de toda a população.

Chamava a aumentar as subvenções federais para a educação básica e proporcionar o ensino secundário gratuito para todos. Reforço da Lei dos Direitos de Voto e ratificação da Emenda de Igualdade de Direitos.

Cortar até quinze por cento do orçamento do Departamento de Defesa, ao longo de sua presidência. Instituir imediatamente o congelamento dos arsenais nucleares e dar início a negociações de desarmamento com a União Soviética. Declarar a África do Sul da era do apartheid uma nação indigna e apoiar a formação de um Estado palestino.

Com exceção da resolução para implementar sanções contra a África do Sul do apartheid, nenhuma dessas propostas foi incorporada à plataforma democrata, em 1984 ou 1988.

Jackson também sempre denunciou que a “guerra às drogas” de Nixon tornou-se, desde o início, “uma nova ofensiva de segregação racial contra pessoas de cor. Embora os brancos abusem de drogas em taxas mais altas do que os afro-americanos, os afro-americanos são encarcerados dez vezes mais do que os brancos por crimes relacionados a drogas.” Milhões foram “privados do direito ao voto após serem condenados por crimes não violentos” e são 2,3 milhões os que estão atualmente em situação de superlotação nos presídios dos EUA.

Para milhões de negros, que tiveram que percorrer nesses tempos a busca da autoestima, ainda ressoa o chamado de Jackson: “Eu sou Alguém, posso ser pobre, mas eu sou Alguém; Posso ser jovem; mas eu sou Alguém; Posso estar na assistência social, mas sou Alguém.”

CONTRA A GUERRA

Ao longo de sua vida, reuniu-se com diversos líderes no mundo inteiro, no esforço para avançar a causa da paz e para isolar o belicismo norte-americano. Esteve com Fidel e foi a Belgrado se reunir com Milosevic, quando era iminente o ataque à Iugoslávia. Sua voz não se calou diante da guerra suja patrocinada por Washington na América Central, nem perante o apartheid sul-africano apoiado por Reagan e Thatcher.

Quando a ameaça de guerra nuclear se estendeu sobre a Europa, com a crise dos mísseis de alcance intermédio, lá estava Jackson nos gigantescos protestos que tiveram lugar.

Na manifestação de 1 milhão de pessoas em Londres contra a guerra ao Iraque em 2003, a do “no blood for oil”, Jackson foi um dos oradores. Também na que reuniu 100 mil em Washington.

Em agosto de 2005 ele viajou à Venezuela para encontrar-se com o presidente Hugo Chávez, após declaração do tele-evangélico Pat Robertson sugerindo o assassinato do líder venezuelano, o que Jackson taxou de “imoral”. Após encontrar-se com Chávez e manifestar-se no parlamento em Caracas, Jackson declarou que não havia provas de que a Venezuela representasse uma ameaça aos Estados Unidos.

Ele também lutou pelo reconhecimento da Palestina e pela paz no Oriente Médio. Na Convenção Democrata de 1984 a indicação do nome de Jackson à presidência foi feita pelo palestino-americano James Zogby, cujos pais imigraram para os EUA sem documentos. “O filho de um imigrante indocumentado indicou o bisneto de escravos para presidente”, lembrou Zogby na homenagem. Jackson foi o primeiro candidato à presidência nos EUA a abordar a questão dos direitos palestinos.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Foto:Angus Mordant/Bloomberg

Busca por colocações em Nova Iorque Oferta de emprego nos EUA estagnou em 2025

De acordo com o relatório revisado do ‘Bureau de Estatísticas do Trabalho dos EUA’ (US Bureau of Labor Statistics), em 2025, a economia norte-americana se apresentou estagnada. Os empregadores dos EUA adicionaram apenas 181 mil vagas de empregos muito menos do que em 2024 com 1,46 milhão de vagas adicionadas.

Os dados revisados do relatório publicado no dia 11 desse mês, mostraram que o governo federal se utilizou de dados preliminares para fazer uma estimativa de que eram cerca de 584 mil empregos criados em 2025, mas quando o Bureau revisou os números com dados estaduais adicionais que receberam, descobriram que na verdade era de apenas 181 mil, 69% a menos do que o estimado inicialmente pela Casa Branca.

Isso derruba a narrativa do presidente americano, Donald Trump, de que ele é responsável pela “maior” economia da história dos EUA.

O relatório revisado mostra que 2025 teve muito menos contratações se comparado com os 1,46 milhão de empregos adicionados em 2024. Também revelou que as contratações se concentraram na área de saúde, enquanto outros setores apresentaram fracas contratações ou declínio, evidenciando um mercado de trabalho desequilibrado.

“Os ganhos de emprego ocorreram em assistência médica, assistência social e construção, enquanto o governo federal e as atividades financeiras perderam empregos”, comunicou o Bureau de Estatísticas do Trabalho dos EUA.

“Os números de hoje mostram que a economia passou 2025 patinando enquanto os custos subiam e as famílias ficavam ainda mais para trás. O crescimento do emprego foi dramaticamente mais fraco do que o anunciado e concentrado quase inteiramente nos cuidados de saúde, deixando o resto do mercado de trabalho paralisado. Oportunidades estão secando fora de um punhado de setores e cada vez mais trabalhadores estão se contentando com horas de meio período ou deixaram de procurar trabalho inteiramente. 2025 foi um ano perdido para os trabalhadores americanos”, disse Alex Jacquez, Chefe de Política e Advocacia da Groundwork Collaborative, um centro de estudos de economia dos Estados Unidos.

Kevin Lamanque/Reuters



Tarifaço de Trump foi derrubado por 6 a 3 entre os juizes da Suprema Corte

“Devolva o dinheiro que roubou dos americanos”, diz a senadora Elizabeth Warren a Trump

“Donald Trump roubou ilegalmente seu dinheiro. Ele deveria devolver para você. Em vez disso, Trump está tramando novas formas de forçar os americanos a pagarem ainda mais”, denunciou a senadora democrata Elizabeth Warren, após o atual inquilino da Casa Branca decretar, no lugar do tarifaço invalidado pela Suprema Corte, uma tarifa global de 15% – um dia antes seria de 10% – agora alegando agir sob legislação da seção 122 da Lei de Comércio de 1974, o que é válido por 150 dias e começa a vigorar nesta terça-feira (24).

“Acabou de anunciar um NOVO IMPOSTO de 15% sobre o povo americano”, advertiu o governador da Califórnia, o opositorista Gavin Newsom. Para a senadora Amy Klobuchar que o que Trump fez “foi apenas reforçar a aposta e tentar piorar a situação, o que, claro, vai gerar mais custos e caos para o povo americano.”

O governador de Illinois, JB Pritzker, enviou carta à Carta Branca, exigindo que cada habitante de seu Estado seja ressarcido em US\$ 1000, que é quanto custou em média aos americanos o aumento de preços decorrente do tarifaço, arcado essencialmente por importadores e consumidores, e não pelos exportadores, como Trump prometia.

Segundo a decisão da Suprema Corte, “nada” na lei usada por Trump como justificativa para o tarifaço, a lei de emergência econômica de 1977, “permite ao presidente impor tarifas unilateralmente” e só o Congresso, constitucionalmente, pode criar e cobrar impostos e tarifas, uma vez que não se compromeu a “emergência”.

Sobre o litígio já previsto entre o governo e os lesados, orçado em US\$ 175 bilhões, o secretário do Tesouro, Scott Bessent cinicamente comentou: “eu tenho a sensação de que o povo americano não vai ver isso”.

“REGIME TARIFÁRIO ILEGAL”

Em carta aberta a Trump, o economista e conselheiro da ONU, Jeffrey Sachs, afirmou que o presidente “tirou fundos do povo americano que nunca lhe cabia receber. Devolva-os e acabe com o abuso de poder”.

“Seu regime tarifário foi ilegal, injusto e prejudicial ao povo americano. Você também deturpou grosseiramente os fatos para o povo americano ao alegar que países estrangeiros estavam pagando. Não estavam. Famílias americanas pagavam”.

“Economistas do Fed de Nova York, do Instituto de Kiel e de outras instituições independentes de pesquisa chegaram à mesma conclusão: o ônus das tarifas recaiu esmagadoramente sobre importadores, empresas e consumidores americanos. Exportadores estrangeiros mal reduziram seus preços, então as tarifas foram repassadas aos americanos e apareceram como preços mais altos para consumidores e empresas”.

“Durante o último ano, em média, as famílias americanas

pagaram cerca de \$1.000 ou mais. Para famílias que vivem de salário em salário, isso não é abstrato. Isso é aluguel esticado até o limite. Isso significa os supermercados subindo de preço enquanto os salários não acompanham. Os americanos da classe trabalhadora que acreditavam em suas promessas foram os que arcaram com o custo dessa tomada de poder.”

“Você disse que as tarifas reduziriam drasticamente o déficit comercial. Isso estava errado porque os déficits comerciais dos EUA refletem a baixa taxa de poupança dos EUA, especialmente os grandes déficits orçamentários dos EUA. Na verdade, o déficit de bens dos EUA em 2025 foi de US\$ 1,241 trilhão, pior que o déficit de US\$ 1,215 trilhão em 2024. Você disse que restauraria os empregos na manufatura. No entanto, o emprego na manufatura em janeiro de 2026 foi de 12,590 milhões, em comparação com 12,673 milhões em janeiro de 2025, uma queda de 83.000 empregos ano a ano.”

Sachs condenou, ainda, os cortes de impostos de Trump que beneficiaram desproporcionalmente as famílias mais ricas e grandes corporações. “A abordagem do seu governo efetivamente proporcionou alívio fiscal para os ricos, coberto em parte por tarifas regressivas que atingem a classe trabalhadora e os pobres. E grande parte dos seus cortes de impostos é paga com tinta vermelha, dívidas empurradas para o futuro, que serão suportadas pelos jovens de hoje nos próximos anos”.

“Uma tarifa de 15% em todas as áreas simplesmente continuará o mesmo imposto regressivo sobre o povo americano que você implementou ilegalmente com a alegação de poderes de emergência. Mais uma vez, significaria preços mais altos em alimentos, roupas, eletrônicos, materiais de construção e inúmeros itens essenciais do dia a dia. Mais uma vez, isso recairá mais sobre as famílias trabalhadoras, que gastam a maior parte de sua renda com esses bens”.

“Um imposto regressivo ilegal não pode ser remediado substituindo-o por um imposto regressivo possivelmente legal e temporário. Os Estados Unidos precisam de uma reforma tributária real. O código tributário precisa de progressividade. Precisa fechar brechas que permitem que os americanos mais ricos e as multinacionais evitem pagar sua parte justa de impostos, especialmente em uma era em que onze

bilionários do Vale do Silício possuem 2,6 trilhões de dólares em riqueza pessoal”.

“POSSO DESTRUIR PAÍSES”

Chama a atenção a forma delirante com que Trump reagiu à contensão decidida pela Suprema Corte, com ele reclamando que “posso destruir um país, mas não posso cobrar uma pequena taxa”.

“Tenho permissão para cortar qualquer comércio ou negócios com esse mesmo país. Em outras palavras, posso destruir o comércio, posso destruir o país. Tenho até permissão para impor um embargo que destrua um país estrangeiro. Posso fazer embargo, posso fazer o que quiser, mas não posso cobrar um dólar porque não é isso que está escrito, e nem é assim que está sendo lido. Posso fazer o que quiser com eles, mas não posso cobrar dinheiro. Então posso destruir o país, mas não posso cobrar uma pequena taxa. Pense nisso. Quão ridículo é isso? Posso impor embargo a eles, posso dizer que não podem mais fazer negócios nos Estados Unidos, ‘queremos você fora daqui’, mas quero cobrar 10 dólares. Eu não posso fazer isso. Está errado, a decisão deles está errada. Mas não importa porque temos alternativas muito poderosas”.

Após repetir pela enésima vez que é o mundo inteiro que “rouba os EUA”, Trump voltou a fazer ameaças.

Em uma das postagens, Trump declarou: “Qualquer país que queira ‘brincar’ com a decisão ridícula da Suprema Corte, especialmente aqueles que vêm ‘explorando’ os EUA há anos — e até décadas — enfrentará uma tarifa muito mais alta, e algo ainda pior, do que aquela com a qual concordou recentemente. COMPRADOR, CUIDADO!!! Obrigado pela atenção a este assunto”.

Com a entrada em vigor da tarifa de 15%, a China pediu na segunda-feira (23) ao governo dos Estados Unidos o cancelamento das tarifas unilaterais anunciadas pelo presidente Donald Trump, depois que a Suprema Corte declarou ilegais grande parte das taxas. O Ministério do Comércio chinês afirmou que está fazendo uma “ampla avaliação” do impacto da decisão e pediu a Washington que suspenda as tarifas.

“A China pede aos Estados Unidos que cancelem suas tarifas unilaterais contra seus parceiros comerciais”, afirmou o ministério em um comunicado. “Não há vencedores em uma guerra comercial e o protecionismo não leva a lugar nenhum”.

Leia mais no site do HP

Kevin Lamanque/Reuters

A sentença proferida atinge o núcleo da estratégia de guerra comercial do governo Trump, as chamadas tarifas recíprocas

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, nesta sexta-feira (20), que o presidente Donald Trump extrapolou sua autoridade ao impor o “tarifaço” – como se tornou conhecido o amplo aumento de tarifas sobre importações de praticamente todos os parceiros comerciais dos EUA, anunciado pomposamente em abril no assim chamado “dia da libertação” – e determinou o bloqueio da medida.

Por 6 votos a 3, a maioria dos ministros concluiu que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) não permite ao presidente criar tarifas por conta própria. Trump alegava que essa lei de 1977, voltada para situações excepcionais, lhe dava tal autoridade.

Votaram pela derrubada do tarifaço seis juizes: Amy Coney Barrett, Neil Gorsuch e John Roberts (conservadores), Ketanji Brown Jackson, Elena Kagan e Sonia Sotomayor (liberais). O relator foi o presidente da Corte, John RobertS. Foram voto vencido os conservadores Clarence Thomas, Samuel Alito e Brett Kavanaugh.

Anteriormente, nas principais questões de interesse do governo Trump a Suprema Corte vinha decidindo favoravelmente, o que se inverte quanto a essa ferramenta essencial para a imposição de sua agenda econômica e diplomática. Segundo Trump, a guerra tarifária iria gerar “trilhões de dólares de receita” e permitir a reindustrialização dos EUA.

A determinação confirma decisões de tribunais inferiores que consideraram ilegais as tarifas impostas por Trump sob

a Lei IEEPA. Trump reagiu declarando, segundo a agência Reuters, que a decisão “era uma vergonha” e prometendo “um plano B”.

A sentença atinge o núcleo da estratégia de guerra comercial do governo Trump, as chamadas tarifas recíprocas. Embora permaneçam em vigor tarifas decretadas sob outras alegações ou normais legais, como as sobre aço, alumínio e fentanil.

O caso foi levado no ano passado à justiça pelas empresas atingidas pelas tarifas e por 12 estados americanos, que questionaram o uso da lei para impor tarifas. Após perder nas instâncias de baixo, o governo Trump levou a questão à Suprema Corte.

Reiterando que, sob Artigo I, Seção 8 da Constituição dos EUA, apenas o Congresso pode criar e cobrar impostos e tarifas, a Suprema Corte decidiu que Trump precisa de uma autorização “expressa e inequívoca” do Congresso.

O juiz Roberts enfatizou que o poder de “regular” a importação em uma “emergência nacional” para enfrentar ameaças consideradas “incomuns e extraordinárias” a que a lei IEEPA se refere não se confunde com o poder de “tributar”.

Seria inconcebível, concluíram os juizes, delegar ao presidente, de forma ambígua, poderes com impacto econômico e político tão grande. A derrubada decidida pela Suprema Corte pode forçar o governo Trump a devolver parte dos bilhões arrecadados com os impostos de importação. Segundo os cálculos de economistas do Penn-Wharton Budget Model, o valor pode ultrapassar US\$ 175 bilhões (aproximadamente R\$ 912,5 bilhões).



Príncipe Andrew é detido (foto de Redes Sociais)

Príncipe britânico é preso por conexão com crimes de Epstein

O aristocrata britânico, Andrew Mountbatten-Windsor, irmão do Rei Charles III e ex-príncipe – no ano passado foi deserdado pelo próprio irmão por conexões com o bilionário pedófilo, Jeffrey Epstein – foi preso nesta quinta-feira, 19, bem no dia de seu aniversário de 66 anos, por suspeitas de má conduta no exercício do cargo.

Ele está sendo investigado pela suspeita de ter divulgado a Epstein documentos confidenciais do governo do Reino Unido. Mountbatten-Windsor foi preso, interrogado durante 12 horas e depois liberado. Ele é filho da falecida Rainha Elizabeth II e irmão mais novo do Rei Charles III.

Uma de suas vítimas, a americana Virginia Giuffre, acusou Mountbatten-Windsor e Epstein de terem traficado quando era menor de idade, para ter relações sexuais com o aristocrata britânico. Ele negou as acusações mas fez um acordo com Giuffre, pagando-lhe \$16 milhões de dólares.

Giuffre, que cometeu suicídio no ano passado aos 41 anos, foi uma das principais vítimas de Epstein a denunciá-lo e acusou o príncipe de ter abusado dela quando tinha 17 anos. Sua família comemorou a prisão: “Por fim, hoje, nossos corações partidos

foram levantados com a notícia de que ninguém está acima da lei, nem mesmo da realeza”, disseram seus irmãos em um comunicado para a CBS News.

“Em nome de nossa irmã, Virginia Roberts Giuffre, estendemos nossa gratidão à Polícia do Vale do Tamisa do Reino Unido por sua investigação e pela prisão de Andrew Mountbatten-Windsor”, disseram no comunicado assinado por Sky Roberts e sua esposa Amanda e Danny Wilson e sua esposa Lanette. “Ele nunca foi um príncipe. Para sobreviventes em todos os lugares, Virginia fez isso por vocês.”

Mountbatten-Windsor foi preso depois da denúncia feita por um grupo antimonarquista britânico de que o então príncipe teria dado informações secretas do governo para Epstein quando era enviado comercial britânico. Republic, como é chamado o grupo antimonarquista, citou documentos divulgados pelo Departamento de Justiça dos EUA sobre Epstein como prova de que o príncipe estaria vazando informações confidenciais.

Se o ex-príncipe Andrew for condenado por má conduta em cargo público e por vazar documentos oficiais secretos, as acusações podem condená-lo à prisão perpétua no Reino Unido.

Ismael Silva, a escola de samba e outras bossas

A enseada dos “louros falantes”, em Niterói, significado de Jurujuba em tupi-guarani, como os indígenas chamavam os franceses que por lá viviam, ficou famosa pela pesca, pela tradicional Festa de São Pedro e seu pitoresco desfile marítimo. Mas, também, é relevante para a cultura nacional. Em 1905, se tornaria o berço natal de Ismael Silva, a maior referência do samba brasileiro

IRAPUAN SANTOS*

O presente texto nasceu originalmente como sinopse para orientação dos compositores do Bloco Carnavalesco Cabaré dos Libertos de Niterói que decidiu no carnaval de 2026 homenagear o niteroiense Ismael Silva, celebrando os 120 anos do seu nascimento, com o tema “ISMAEL SILVA 120 ANOS: de Jurujuba ao Estácio – O mestre do samba”.

Diante da importância do homenageado e de como sua atuação ao lado de outros grandes sambistas demarcou o futuro do samba brasileiro e a evolução das escolas de samba achamos que era importante desenvolvê-lo agregando ao texto informações relevantes.

A enseada dos “louros falantes”, em Niterói, significado de Jurujuba em tupi-guarani, como os indígenas chamavam os franceses que por lá viviam, ficou famosa pela pesca, pela tradicional Festa de São Pedro e seu pitoresco desfile marítimo. Mas, também, é relevante para a cultura nacional. Em 1905, se tornaria o berço natal de Ismael Silva, a maior referência do samba brasileiro.

Muito cedo a vida o levou a descortinar o mundo e deixar para trás a bucólica Jurujuba. Aos 3 anos de Idade, órfão do pai, o cozinheiro Benjamin da Silva, muda-se de Niterói com a mãe, Emília Chaves, e 4 irmãos, para o Rio de Janeiro, onde residirá no Estácio, Rio Comprido e Catumbi, onde ao final dos anos 50 nasceria o icônico Bafo da Onça.

Ismael foi um brasileiro que transformou sua ansia de aprender em arte, que devolveu ao Brasil em forma de poesia, filosofia e samba.

Aos 7 anos de idade, um menino preto, raquítico, mal ajambrado, interrompeu a aula de uma Escola no Estácio e, para a surpresa dos professores, não tinha ido lá para pedir comida, ajuda ou esmola. Foi reivindicar sua matrícula, pois queria estudar. Este menino era Ismael Silva, que se transformaria no melhor aluno da escola.

Talento nato, aos 10 anos de idade já frequentava os encontros dos sambistas no bairro do Estácio, onde foi desenvolvendo sua paixão pela música. Já que não teve antecessores músicos na família, sua escola de música foi os encontros em bares como o Café e Bar Apolo e as rodas de samba nas esquinas, que acompanhava munido de pandeiro, seu primeiro instrumento. Compôs seu primeiro samba, “Já desisti”, aos 15 anos, nunca gravado.

A ESCOLA DE SAMBA

Muito lúcido em suas entrevistas, Ismael associa a evolução do carnaval, o nascimento da escola de samba, o desenvolvimento da arte popular a fatos concretos como locais, datas, pessoas, músicas, bossas e fatos históricos.

É fato reconhecido que no Estácio, ao final dos anos 20, houve uma geração de compositores e ritmistas liderada por Nilton Bastos, Baiaco, Bide, Marçal, Brancura, Mano Edgar, Mano Rubens e outros, que passou a tocar um samba diferente, mais batucado, livre da influência do maxixe, e mais apropriado ao desfile em cortejo, como os ranchos.



Para esse andamento do novo samba contribuíram o surdo de marcação introduzido pelo também niteroiense Alcebiades Barcelos, o Bide, e a cuica trazida por João Mina.

Vamos ler o que diz o próprio Ismael Silva:

“Fui eu que comecei com esse ritmo. [...] No carnaval, o grupo que saía na rua precisava de uma música que facilitasse isso. Precisava andar, mas andar dentro da música. Andar com espalhafato, com vida, assim conforme se vê hoje em dia, e aquele ritmo (antigo) não deixava.” Depoimento prestado ao MIS do Rio de Janeiro, em 16/07/1969.” (p. 119. Uma história da música popular brasileira)

No livro “As Escolas de Samba do Rio de Janeiro”, de Sérgio Cabral, Ismael Silva, entrevistado pelo autor, tenta ilustrar a diferença de sonoridade e andamento entre o samba antigo e o samba da Turma do Estácio:

“O samba era assim: tan tantan tan tantan. Não dava, aí a gente começou a fazer o samba assim: bum bum paticumbum prucurundum...” (p.119, idem, ibidem)

Segundo Ismael, as batalhas de confete pré-carnavalescas realizadas na Praça XI reuniam grupamentos da Portela, Salgueiro e Mangueira. Estes grupos ficaram incomodados de alguma maneira com o estilo do Estácio. Então o grupo do Estácio criou a expressão “Deixa Falar”, em resposta. E agregaram o seguinte argumento: como havia no Estácio a Escola Normal, que depois daria origem ao Instituto de Educação, hoje na Rua Mariz e Barros, responderam aos outros grupamentos que o Estácio era a Escola de Samba porque lá os professores e os bambas do Estácio desfilavam, portanto, eram professores de Samba. Deste modo, em 1929, a primeira escola de samba desfilou com o nome de “Deixa Falar”, em cortejo acompanhado da força pública, o que mudou o status da festa popular. Assim surgiu o termo “escola de samba” para designação de algo que se transformaria no grande fenômeno do carnaval brasileiro.

ÉPOCA DE OURO DA MÚSICA BRASILEIRA

Após a gravação do primeiro samba em 1917, era inevitável que este gênero se desvencilhasse do ritmo do maxixe e assumisse forma, conteúdo próprio e ritmo inequívoco. Isso será desenvolvido nos anos 20 e se consolidará na fase chamada de Época de Ouro da Música Brasileira, quando será amplamente predominante.

“A música popular brasileira tem sua primeira grande fase no período 1929/1945. É a chamada Época de Ouro, em que se profissionaliza, vive uma de suas etapas mais férteis e estabelece padrões que vigorarão pelo resto do século.” “A Época de Ouro originou-



No alto, Ismael Silva (foto: Arquivo Nacional/Correio da Manhã) e, acima, o artista na tradicional Festa da Penha, no subúrbio do Rio de Janeiro

se da conjunção de três fatores: a renovação musical iniciada no período anterior com a criação do samba, da marchinha e outros gêneros; a chegada ao Brasil do rádio, da gravação eletromagnética do som e do cinema falado; e, principalmente, a feliz coincidência do apogeu de um considerável número de artistas talentosos numa mesma geração. Foi a necessidade de preenchimento dos quadros das diversas rádios e gravadoras surgidas na ocasião que propiciou o aproveitamento desses talentos.” (p. 85 – A canção no tempo, V. 1).

Estes artistas talentosos são os compositores Ari Barroso, Noel Rosa, Lamartine Babo, João de Barro, Joubert de Carvalho, Assis Valente, Vadico, Ismael Silva, Alcebiades Barcelos, Armando Marçal, Antônio Nássara, Orestes Barbosa e Alberto Ribeiro.

Coube à chamada Turma do Estácio o papel precursor de plasmar o formato de samba que iria explodir na Época de Ouro. O samba ocupou, entre 1931 e 1940, em torno de 32,45% do repertório registrado em disco (2176 sambas num total de 6706 composições).

O samba “Se você jurar”, de Ismael Silva e Nilton Bastos, foi

o grande sucesso do carnaval de 1931. Ele se tornaria o principal modelo dos sambas dos anos 30. O samba é composto da primeira parte em tom maior e a segunda e terceiras partes em tom menor. É interessante notar que no retorno da 2ª. e 3ª. partes para a primeira foi adotado uma sequência em que são duas “preparações” (V# / V) criando um certo suspense para o retorno a primeira parte, bossa incomum naquela época. O tema é totalmente urbano (afinal trata-se de uma reflexão sobre deixar ou não a orgia) deixando para trás os temas rurais do samba amaxixado. Além do que, é composto em 3 partes, o que significa um passo à frente com relação aos sambas das escolas de samba da época, que tinham apenas um estribilho como base para o improviso dos versadores nos desfiles.

Mas não foi um caminho fácil para Ismael Silva e seus companheiros. Havia uma grande demanda por novidades por parte das gravadoras e rádio. Para terem seu trabalho divulgado e para sobreviverem, os compositores pobres foram levados a vender o seu trabalho para quem tinha acesso aos meios radiofônicos. Foi o caso do acordo feito entre Ismael

Silva, Nilton Bastos e Francisco Alves, onde este pagava aos primeiros para entrar na parceria do samba e gravava a obra. Com o falecimento prematuro de Nilton Bastos, o acordo passou a ser entre Ismael Silva, Noel Rosa e Francisco Alves.

Graças a este “malabarismo”, no ano de 1931 foram gravadas com sucesso três composições de Ismael Silva: “Se você jurar”, samba/carnaval (Ismael Silva, Nilton Bastos, Francisco Alves); “Nem é bom falar”, samba (Ismael Silva, Nilton Bastos, Francisco Alves); “O que será de mim”, samba (Ismael Silva, Nilton Bastos, Francisco Alves).

Em 1932 Ismael tem seis composições gravadas entre os sucessos daquele ano: “Adeus”, samba (Ismael Silva, Noel Rosa, Francisco Alves); “Gosto mas não é muito”, marcha/carnaval (Ismael Silva, Francisco Alves); “Uma jura que fiz”, samba (Ismael Silva, Noel Rosa, Francisco Alves); “A razão dá-se a quem tem”, samba (Ismael Silva, Noel Rosa e Francisco Alves); “Sofrer é da vida”, samba/carnaval (Ismael Silva e Francisco Alves); “Tristezas não pagam dívidas” (Ismael Silva).

Os caminhos para o apro-

veitamento e a valorização dos compositores de extração popular somente seriam abertos mais tarde, através da presença do Estado, quando é criada a Rádio Nacional, em 1936, que abre as portas a compositores, cantores e músicos brasileiros.

Ismael Silva foi um compositor de melodias inspiradas e letras que iam desde à celebração da orgia, à ironia, ao amor, às tiradas filosóficas, sempre baseadas em sua profunda capacidade de refletir sobre a vida e de perspicaz observador do cotidiano. Qualidades que levaram Chico Buarque de Holanda a reconhecer nele a sua principal influência no samba brasileiro e Vinicius de Moraes a exaltá-lo como um dos três maiores sambistas de todos os tempos.

“Se você jurar”, “Antônio”, “Contrastes”, “Nem é bom falar”, “Adeus”, “Tristezas não pagam dívidas”, “Sofrer é da vida”, são exemplos. Ao lado de Noel Rosa compôs 18 músicas onde se destacam a hilariante “Seu Jacinto”, numa crítica mordaz aos novos ricos da época, e “Não têm tradução”, afirmando, dentre outras coisas, que “tudo aquilo que o malandro pronuncia / com voz macia / é brasileiro já passou de português”.

Ismael Silva nos deixou aos 72 anos. O JB registrou da seguinte forma o seu falecimento: *“Fundador da primeira escola de samba – a Deixa Falar, do Estácio – mais de 50 anos de carreira artística, Cidadão Carioca, duas vezes Cidadão Samba, um amor sem limites pela vida e a eterna esperança de viver marcaram a imagem de Ismael”* (JB, 15/03/78).

Ismael recebeu muitas homenagens, e teve ruas batizadas com seu nome em vários Estados do Brasil num reconhecimento à sua grande contribuição ao samba brasileiro e à cultura nacional.

Niterói, 15/02/2025

**Irapuan Santos é presidente do Congresso Nacional Afro-brasileiro – CNAB.*

FONTES CONSULTADAS:
MEDEIROS, L. Antonio. *Ismael Silva: Samba e resistência. Rio de Janeiro. José Olympio. 1980*

SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuza Homem. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras. Vol. 1. 1901-1957. 3ª. Edição. São Paulo, SP 1998.. Editora 34.*

SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira. 4ª. Edição. São Paulo. 2017*